

# RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017





## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

### SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA EM 2017

A Economia Moçambicana foi influenciada em 2017 pelos seguintes factores:

#### 1) A nível Internacional:

- Retoma do crescimento económico a nível global em particular na União Europeia e EUA e algumas das economias emergentes

- Aumento do preço de algumas das matérias-primas de exportação de Moçambique como o carvão e alumínio

- Continuação das restrições, de muitos dos parceiros económicos de Moçambique, ao financiamento da economia Moçambicana quer sobre a forma de donativos ou empréstimos concessionais devido ao endividamento excessivo ocorrido em 2013, 2014 e 2015 sem conhecimento do FMI

- Reduzido Investimento Direto Estrangeiro

#### 2) A nível interno

- Redução da taxa de inflação

- Estabilidade relativa da taxa de câmbio

- Política monetária com reflexos significativos na restrição do consumo individual e das empresas

- Redução substancial do crédito á economia por parte do sistema Financeiro

- Diminuição significativa do investimento público e privado

- Moderado crescimento da economia

- Aumento da quantidade e/ou valor das exportações dos grandes projetos nomeadamente de alumínio e carvão

- Estagnação do nível de importações em valores baixos semelhantes aos de 2016 devido a redução do consumo interno

- Melhoria da produção do sector agrário refletindo o retorno a chuvas mais normais na maioria do país e fim da instabilidade que se vivia na zona centro do país

O ano de 2017 foi um ano pautado pela estabilização gradual no que se refere à evolução dos indicadores macroeconómicos mais relevantes. A taxa de inflação anual acumulada com referência a 31 de Dezembro de 2017 desceu para 5.65%, situação que compra favoravelmente com 23.67% evidenciados no período homólogo de 2016. Consequentemente, o Metical registou uma valorização ao longo do mesmo período de referência tendo a taxa de câmbio descido de 71,2 meticais por 1US dólar em Janeiro de 2017, para 58.6 em finais de Dezembro de 2017, uma evolução cuja tendência tenderá a estabilizar em redor volta de 60.00 meticais por 1 US dólar. Verificaram-se, igualmente, progressos significativos relativamente aos saldos da balança comercial e de pagamentos, refletindo uma conjuntura globalmente mais favorável a nível internacional dos preços de algumas das mercadorias de exportação: Os avanços na estabilidade política e na segurança das vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, promoveram o aumento das exportações de carvão em quantidade e continuação do baixo nível das importações devido à contenção do consumo das famílias e empresas. Como resultado da melhoria dos saldos da balança comercial e de pagamentos a posição externa da economia moçambicana melhorou, apresentando no final de 2017 um crescimento do nível das reservas internacionais que permite cobrir cerca de sete meses das importações, excluindo aquelas derivadas dos grandes projetos.

Sublinhe-se, porém, que esta melhoria significativa dos indicadores macroeconómicos ainda não se reflete na melhoria da performance das empresas e na situação das famílias moçambicanas. O ano de 2017 continuou a evidenciar revelar-se muito desafiante para a generalidade dos agentes económicos, onde a maioria das empresas e das famílias moçambicanas viram os seus rendimentos decrescerem devido a redução do consumo agregado (quer público e quer privado) enfrentando graves problemas de liquidez financeira. É de prever que

esta situação das empresas em particular das pequenas e médias empresas permaneça difícil no futuro próximo, fragilizando o tecido empresarial de Moçambique e o emprego.

A evolução do PIB durante o ano de 2017 situou-se em 3.7% um dos valores mais baixos dos últimos 15 anos. Se excluirmos os contributos verificados nos sectores das indústrias extractivas, de transportes e na agricultura, o crescimento do produto foi de quase nulo. Este é um indicador claro que a economia Moçambicana necessita de tempo para sair da situação em que se encontra pese embora os sinais positivos de recuperação ao nível dos indicadores macroeconómicos.

Refletindo este enquadramento macroeconómico, o crédito bancário agregado decresceu em 15% durante o ano de 2017, invertendo a tendências dos últimos dez anos onde se registou um crescimento contínuo por parte do sector financeiro dos níveis de crédito à economia.

É de realçar os esforços do Banco de Moçambique de tentar reduzir o custo do dinheiro no sistema financeiro e, consequentemente, as taxas de juro através da redução do coeficiente de Reservas Obrigatórias (ROS) em meticais que evoluiu de 15,5% em Abril de 2017, para 14% em 22 de Dezembro de 2017. No entanto este coeficiente ainda continua e ser elevado quando comparado com os países vizinhos de Moçambique.

A taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e a taxa de juro de Facilidade Permanente de Depósito (FPD) foram sujeitas a diversas alterações ao longo de 2017, tendo a FPC descido de 23.25% para 20.50% ao passo que a FPD desceu de 16.25% para 14.00% no período compreendido entre Fevereiro e Dezembro de 2017.

#### Capital, Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

A estrutura acionista do BTM manteve-se inalterada durante o ano de 2017.

Todos os Órgãos Sociais do BTM mantiveram a mesma composição ao longo de 2017 com excepção do C.A que viu o Sr. Harry de Roo e o Sr. Pedro Libano Monteiro terminarem os seus mandatos e a condução do Sr. António de Almeida Porto para o cargo de Administrador em Setembro de 2017. Deste modo o C.A apresenta, neste momento, apenas cinco membros.

#### Actividade

O ano de 2017 foi ainda pautado pelas dificuldades sentidas por parte do tecido empresarial e das famílias moçambicanas, num processo dinâmico de busca de soluções que permitam ultrapassar os constrangimentos que o actual contexto económico apresenta. A política mais prudente na concessão de crédito assumiu um papel central e que permitiu ao Banco renovar e reforçar o seu compromisso com o desenvolvimento económico do país, designadamente através de um apoio direccionado às necessidades financeiras dos nossos Clientes, bem como proporcionando alternativas fiduciárias à reserva de valor através da captação de depósitos das famílias e das pequenas e médias empresas moçambicanas.

Desta forma, no que se refere à evolução da carteira de depósitos esta apresentou um crescimento de 13%. De notar, ainda, que o crescimento da carteira de depósitos foi muito superior à média do sistema Financeiro (6%). No que diz respeito ao crédito a clientes, pese embora o volume total da carteira de crédito do BTM tenha decrescido em 6%, convém sublinhar que o decréscimo registado no volume de crédito no BTM é bastante inferior à média do sistema Financeiro de Moçambique onde esse decréscimo atingiu 15 %. Este facto permitiu ao BTM reforçar as suas quotas de mercado e o compromisso com o país.

No que toca aos indicadores de qualidade da carteira de crédito, os rácios de crédito malparado embora ainda muito elevados em termos absolutos, revelaram uma tendência para a estabilização e tenderá mesmo a registar um decréscimo devido ao facto de em 2017 se terem formulado e preconizado soluções robustas para alguns dos casos mais relevantes da carteira de crédito em incumprimento. Embora estas soluções estejam na fase final do processamento nos finais de 2017, prevê-se que num futuro próximo o rácio de crédito mal parado se reduza substancialmente.

Do ponto de vista operativo, prosseguiram os esforços

tendentes a prosseguir a modernização do BTM, compromisso ilustrado na mudança de instalações da agência de Beira, ao que se seguiu a agência de Chimoio. Destaque, ainda, para o aumento do número de POSS ativos e na instalaram-se novas ATMs em sítios estratégicos que facilitem a utilização de ATMs do BTM pelos nossos clientes e clientes doutros Bancos.

Do ponto de vista de controlo interno, durante o ano de 2017 procedeu-se à aprovação de um conjunto de políticas associadas ao governo interno da instituição, designadamente:

- Política de Conflito de Interesses
- Política de Gestão do Imobilizado
- Política de Procurement
- Política de Recuperação de Créditos
- Política de Denúncias de Irregularidades
- Política de Gestão de Risco
- Política de Gestão de Fraudes
- Política de Continuação de negócios
- Política do Oficial de Comunicação de Operações Suspeitas
- Política do Departamento de Organização e Métodos
- Política do Departamento de Informação e Tecnologia

Além destes passos foram, igualmente, aprovados pelo Conselho de Administração, o Plano de Acção do Departamento de Compliance para 2017 e o Plano de Atividade do Departamento de Risco para 2018.

#### Resultados Financeiros

Os resultados financeiros em 2017 apresentados pelo BTM apresentaram-se no positivo pelo terceiro ano consecutivo. Tendo o resultado líquido sido de cinco milhões, seiscentos e quatro mil Meticais (5.604.000,00MTN), antes de impostos. Embora ainda modestos estes resultados foram obtidos através do empenhamento e dedicação de todo o staff do BTM, que se destacou pelo profissionalismo e dedicação. Em termos prudenciais, o BTM continua a manter um rácio de solvabilidade estabilizado e muito confortável, assim como um Rácio de Adequação do Capital de 37.50%, muito acima dos mínimos definidos pelo Banco Central.

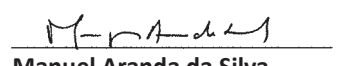
#### Perspectivas

É essencial completar o processo de modernização dos sistemas de informação, assegurar uma rigorosa contenção dos custos e prosseguir com a política de proximidade e reforço do compromisso com os nossos clientes.

A prossecução do Plano Estratégico do BTM continuará a promover o desenvolvimento de soluções financeiras de padrão internacional para os nossos clientes, prosseguir ao máximo a digitalização dos processos bancários e o cumprimento rigoroso das normas e rácios estabelecidos pelo órgão regulador do BTM - o Banco de Moçambique Do ponto de vista económico.financeiro estão lançadas as bases para, num futuro próximo, o Banco aumentar a sua rentabilidade e continuar a evoluir favoravelmente no que se refere ao desempenho dos indicadores financeiros de performance.

O Conselho de Administração do BTM agradece aos seus clientes, colaboradores, accionistas e parceiros o valioso contributo e apoio prestado ao Banco ao longo do exercício d 2017.

Maputo, aos 13 de Março de 2018

  
**Manuel Aranda da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017

De acordo com os requisitos legais e estatutários, o Conselho Fiscal do Banco Terra apresenta aos Exmos Senhores Accionistas o relatório das actividades de supervisão realizadas no BTM, e o seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras do ano findo ao 31 de Dezembro de 2017.

Para cumprir as suas atribuições, o Conselho Fiscal reuniu-se ao longo do ano conforme estabelecido na lei e acompanhou as actividades do Banco através da verificação e apreciação das demonstrações financeiras periódicas e dos respectivos relatórios de gestão elaborados e apresentados pelos órgãos de gestão, comités de Direcção e pelos quadros e técnicos do Banco.

Da análise e apreciação à informação disponibilizada e reportada, o Conselho Fiscal concluiu o seguinte:

• As demonstrações financeiras do BTM compostas por Balanço, Mapa de Demonstração de Resultados, Mapa de Variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das Principais Políticas Contabilísticas, Directrizes de Gestão de Riscos e Notas Explicativas às Contas, estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pelo Banco Central e pela Autoridade Tributária de Moçambique;

• As Demonstrações Financeiras foram preparadas em Conformidade com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS); e

• As Demonstrações Financeiras reflectem de forma verdadeira a situação financeira do Banco ao 31 de Dezembro de 2017, bem como as operações realizadas durante ano.

Depois da forte recessão econômica registada no país no ano anterior, em 2017 foram visíveis alguns sinais de retoma, a moeda nacional fortaleceu-se e a taxa de inflação mostrou uma relativa desaceleração. No entanto, apesar desses sinais de recuperação, os entraves ao desenvolvimento da economia decorrentes de crise persistiram, com destaque para a queda do poder de compra dos agentes económicos e das famílias, o fraco desempenho das unidades produtivas, dada a reduzida capacidade de investimentos nos processos produtivos.

Neste contexto económico conturbado e caracterizado por inúmeras dificuldades na esfera macroeconómica, e num mercado real cheio de incertezas e sujeito a diversos riscos, o BTM manteve-se firme nos seus objectivos e negócios. Realizou todas as actividades e acções programadas para o exercício económico com racionalidade e prudência, conforme estabelecido no seu Plano de Negócios, tendo no final do exercício e pelo terceiro ano consecutivo obtido um resultado positivo.

O Conselho Fiscal tomou nota dos seguintes desafios operacionais e apostas da administração na melhoria da actividade e resultados do banco para o ano que se segue:

- i) A reestruturação de recursos humanos, sua qualificação e formação permanente e harmonização de competências, a fim de alinhá-las a actual gama de produtos financeiros existentes.
- ii) A recuperação de créditos de cobrança duvidosa e redução dos empréstimos em atraso, com principal enfoque no sector agro-negócios.
- iii) Desenvolvimento de novos produtos e serviços para satisfazer cada vez mais os seus clientes.
- iv) Reforço da estratégia de marketing e comunicação.
- v) Reforço e melhoria da área operacional (IT, banca electrónica, relatórios de operações, serviços de administração e organização e métodos)

Com base nos factos e evidências acima relatados, o Conselho Fiscal é de opinião que a Assembleia Geral dos Acionistas do BTM:

- Aprove as Demonstrações Financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- Aprove o lucro líquido registado e evidenciado nas Contas do Banco, no valor de 6,6 milhões de MZM, que se propõe que seja aplicado da seguinte maneira:
  - a) 15% para o reforço da Reserva Legal.
  - b) 85% seja transferido para a conta de Resultados transitados.

• Congratule os gestores e técnicos em reconhecimento do trabalho realizado e pela forma astuta e prudente como vêm conduzindo e gerindo os negócios e actividades do banco, dadas as actuais condições do mercado real.

• Expresse o seu voto de louvor pelo desempenho dos colaboradores do BTM durante o exercício de 2017.  
Maputo, 27 de Março de 2018

Manuel Tomé (Chairman) \_\_\_\_\_  
Anabela E. Mucavele (Member) \_\_\_\_\_  
Rik Reisinger (Member) \_\_\_\_\_

## APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação, integridade e objectividade de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco no final do exercício económico, assim como o rendimento integral, os fluxos de caixa do exercício e demais informação contida neste relatório anual.

Para permitir que os administradores possam exercer estas responsabilidades, o Conselho de Administração e a gestão estabeleceram normas, implementaram sistemas contabilísticos e de controlo interno e sistemas de informação destinados a fornecer uma garantia razoável quanto à salvaguarda dos activos. O risco de ocorrência de erros, fraude ou perdas está minimizado de forma efectiva em termos de custo. Estes controlos, contidos nas políticas e procedimentos estabelecidos, incluem a delegação de responsabilidades e autoridade na medida adequada, procedimentos contabilísticos eficazes e uma adequada segregação de funções. O Conselho Fiscal e a Auditoria Interna, em conjunto com os auditores externos, desempenham um papel fundamental nas questões relativas ao controlo interno e

financeiro, políticas contabilísticas, relato e divulgação.

Não há razões para que a Administração não acredite na continuidade das actividades do Banco no decurso do próximo ano, em estrita observância do princípio da continuidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio acima referido. Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras do exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2017, constantes das páginas 4 a 62, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Terra, S.A. em 13 de Março de 2018 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguintes representantes:

\_\_\_\_\_  
**Manuel Aranda da Silva**  
*Presidente do Conselho de Administração*

\_\_\_\_\_  
**Antonio Porto**  
*Presidente da Comissão Executiva*

\_\_\_\_\_  
**Tomás Chale**  
*Director Financeiro*

\_\_\_\_\_  
**Nilza Alfabeto**  
*Chefe de Contabilidade*

### Demonstração do rendimento integral

Descrição	Nota	2017 MT	2016 Reespresso* MT
Juros e rendimentos similares	5	669,751	498,980
Juros e encargos similares	5	(226,823)	(162,706)
<b>Margem Financeira</b>		<b>442,928</b>	<b>336,274</b>
Rendimentos com taxas e comissões	6	38,723	40,975
Gastos com taxas e comissões	6	(3,868)	(4,307)
<b>Taxas e comissões</b>		<b>34,856</b>	<b>36,668</b>
Resultados em operações financeiras		(16,662)	140,603
Outros rendimentos operacionais	7	11,157	8,176
<b>Produto bancário</b>		<b>472,279</b>	<b>521,721</b>
Imparidade	11.3	(14,422)	(54,745)
<b>Produto bancário líquido de imparidade</b>		<b>457,857</b>	<b>466,976</b>
Gastos operacionais	8	(461,699)	(453,477)
Provisões	19	10,161	(617)
<b>Gastos operacionais</b>		<b>(451,538)</b>	<b>(454,094)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>6,320</b>	<b>12,882</b>
Impostos	15	(716)	(7,464)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>5,604</b>	<b>5,418</b>
<b>Outros rendimentos integrais</b>			
Outro rendimento integral a ser reclassificado para lucros ou prejuízos em períodos subsequentes (líquido de imposto):			
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		1,033	-
<b>Rendimento integral</b>		<b>6,637</b>	<b>5,418</b>

\*Alguns valores aqui apresentados não correspondem às demonstrações financeiras de 2016 e refletem ajustes efetuados, vide Nota 2.3.

### Demonstração da posição financeira

Descrição	Nota	2017 MT	2016 Reespresso* MT	Em 1 de Janeiro de 2016 Reespresso* MT
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9	317,566	382,755	427,485
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10	90,853	126,318	59,409
Aplicações em instituições de crédito	11.1	86,378	97,378	111,994
Crédito a clientes	11.2	2,404,829	2,546,465	1,962,107
Activos financeiros disponíveis para venda	12	442,481	49,089	200,064
Activos não correntes detidos para venda	13	57,819	43,194	43,194
Outros activos	16	28,025	38,325	75,979
Outros activos tangíveis	14.1	65,917	77,723	44,309
Activos intangíveis	14.2	32,063	14,004	25,046
Activos por impostos correntes	15	10,943	10,843	10,743
Activos por impostos diferidos	15	240,666	241,382	248,846
<b>Total do Activo</b>		<b>3,777,543</b>	<b>3,627,478</b>	<b>3,209,177</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos instituições de crédito	17.1	121,908	54,075	287,299
Recursos de clientes	17.2	1,840,778	1,735,987	1,167,628
Outros empréstimos	18	243,219	258,176	86,930
Outros passivos	20	44,437	46,844	135,370
Provisões	19	2,356	14,446	19,417
Passivos por impostos diferidos		258	-	-
<b>Total de Passivo</b>		<b>2,252,956</b>	<b>2,109,528</b>	<b>1,696,644</b>
<b>Fundos Próprios</b>				
Capital Social	21	2,627,743	2,627,743	2,627,743
Prestações suplementares	22	58,716	58,716	58,716
Reservas	23	3,574	-	-
Prejuízos acumulados	23	(1,165,446)	(1,168,509)	(1,173,926)
<b>Total dos Fundos Próprios</b>		<b>1,524,587</b>	<b>1,517,950</b>	<b>1,512,533</b>
<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>		<b>3,777,543</b>	<b>3,627,478</b>	<b>3,209,177</b>

\*Alguns valores aqui apresentados não correspondem às demonstrações financeiras de 2016 e refletem ajustes efetuados, vide Nota 2.3.



Demonstrações de alterações de capital próprio

	Capital social MT	Capital suplementar MT	Resultados transitados	Reserva legal	Reserva do justo valor	Capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	2,627,743	58,716	(1,163,765)	-	-	1,522,694
Ajustamento pela correcção do erro (nota 2.3)	-	-	(10,161)	-	-	(10,161)
Saldo em 1 de Janeiro de 2016*	2,627,743	58,716	(1,173,926)	-	-	1,512,533
Perdas do exercício	-	-	5,418	-	-	5,418
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2,627,743	58,716	(1,168,512)	-	-	1,517,950
Resultados transitados	-	-	(2,541)	2,541	-	-
Rendimento Integral do exercício	-	-	5,604	-	1,033	6,637
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2,627,743	58,716	(1,165,449)	2,541	1,033	1,524,588

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2017 MT	2016 Reespresso* MT
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Prejuízo depois de impostos		6,320	12,882
<b>Fluxo utilizado durante operações</b>			
Reavaliação cambial		23,185	(16,717)
Imparidade de crédito		14,422	54,745
Provisões		(10,161)	617
Depreciação e amortização		39,166	31,643
Ganhos/ perdas em alienações		(1,265)	-
		<b>71,667</b>	<b>83,170</b>
<b>Variação dos activos e passivos operacionais</b>			
Activos financeiros disponíveis para venda		(406,726)	150,975
Aplicações em instituições de crédito		11,000	14,616
Crédito a clientes		110,552	(630,927)
Outros activos		10,300	37,654
Recursos de outras instituições de crédito		67,833	(233,224)
Recursos de clientes		104,790	568,359
Outros passivos		17,595	121,725
		<b>(84,656)</b>	<b>29,179</b>
Impostos pagos		(100)	(100)
<b>Fluxo de caixa líquido de actividades operacionais</b>		<b>(13,089)</b>	<b>112,250</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
Compra de activos tangíveis		(16,411)	(55,593)
Compra de activos intangíveis		(29,998)	(280)
Valores recebidos na venda de imobilizado		2,255	1,856
<b>Fluxo de caixa líquido de actividades de investimento</b>		<b>(44,154)</b>	<b>(54,018)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
Outros empréstimos		(36,888)	(44,594)
<b>Fluxo de caixa líquido de actividades de financiamento</b>		<b>(36,888)</b>	<b>(44,594)</b>
<b>Aumento/ (diminuição) em caixa e equivalentes</b>		<b>(94,131)</b>	<b>13,638</b>
Diferenças cambiais		(6,523)	8,541
Caixa e equivalentes no início do ano	9,10	509,073	486,894
<b>Caixa e equivalentes no final do ano</b>	<b>9,10</b>	<b>408,419</b>	<b>509,073</b>

\*Alguns valores aqui apresentados não correspondem às demonstrações financeiras de 2016 e refletem ajustes efetuados, vide Nota 2.3.

## 1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Terra, S.A. ("Banco") é uma sociedade anónima, domiciliada em Moçambique, constituída por escritura pública, em 3 de Dezembro de 2007, cujo objecto social consiste no exercício de actividades bancárias e financeiras bem como de todas as actividades complementares que as instituições bancárias ou financeiras estejam licenciadas para exercer. A Sede do Banco Terra situa-se na Av. Samora Machel, 323, na cidade de Maputo, em Moçambique. O Banco iniciou as suas operações em Abril de 2008. Durante 2015, a marca do Banco mudou para BTM.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Março de 2018.

#### 2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção de alguns activos financeiros disponíveis para venda que foram avaliados em função do justo valor. As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo (MT 000), excepto indicação contrária.

### ALTERAÇÕES NAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES

#### NORMA NOVAS E ALTERADAS E INTERPRETAÇÕES

a) Normas novas e alteradas adoptadas pelo Banco

Não entraram em vigor novas IFRS ou interpretações da Comissão de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) aplicáveis em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 com efeito substancial nas demonstrações financeiras do Banco.

b) Normas e Interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor

As normas e interpretações emitidas mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco estão divulgadas abaixo. O Banco pretende adotar estas normas, se aplicáveis, quando elas entrarem em vigor.

#### IFRS 9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, a norma que irá substituir a IAS 39 para exercícios que iniciam em ou depois de 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida. Em 2015, o Banco criou uma equipa multidisciplinar de implementação ("Equipa") com membros da área de Risco, Finanças e Operações para preparar a implementação da IFRS 9 ("o Projeto"). O projeto é patrocinado pelos diretores de risco e finanças, que reportam regularmente à Comissão Executiva do Banco e é gerido dentro da estrutura de transformação do Banco.

O projeto tem fluxos de trabalho individuais claros dentro de duas subequipas para classificação e mensuração e imparidade. As subequipas têm orçamentos individuais com seis fases principais: avaliação inicial e análise, projeto, construção, teste do sistema, execução paralela em 2017 e implementação em 2018. A etapa inicial de avaliação e análise foi concluída no final de 2015 para todos os fluxos de trabalho. Ambas as sub-equipas de classificação e mensuração e imparidade já concluíram as fases de análise e projecto e avaliaram os correspondentes requisitos de divulgação.

**Classificação e mensuração:** na perspectiva de classificação e mensuração, a nova norma exigirá que todos os activos financeiros, excepto instrumentos de capital e derivativos, sejam avaliados com base na combinação do modelo de negócios da entidade para administrar os activos e as características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

As categorias de mensuração da IAS 39 serão substituídas por: justo valor através do resultado (FVPL), justo valor através outros rendimentos integrais (OCI) (FVOCI) e custo amortizado. O IFRS 9 também permitirá que as entidades continuem a designar de forma irrevogável instrumentos que se qualificam para custo amortizado ou justo valor através instrumentos de OCI como FVPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência de mensuração ou reconhecimento. Instrumentos de capital que não são mantidos para negociação podem ser irrevogavelmente designados como FVOCI, sem nenhuma reclassificação subsequente de ganhos ou perdas na demonstração de resultados.

A contabilização de passivos financeiros será em grande parte a mesma dos requisitos da IAS 39, exceto o tratamento de ganhos ou perdas decorrentes do risco de crédito da própria entidade relacionados com passivos designados pelo FVPL. Tais movimentos serão apresentados em OCI sem reclassificação subsequente para a demonstração de resultados, a menos que surja um desfazamento contabilístico nos lucros ou prejuízos.

**Transição e impacto:** A data de vigência obrigatória da IFRS 9 é 1 de janeiro de 2018. Os requisitos de classificação, mensuração e imparidade serão aplicados retrospectivamente ajustando os saldos iniciais do balanço na

data da aplicação inicial. Não há necessidade de reproduzir informações comparativas.

Para o Banco, a aplicação da IFRS 9 reduz os fundos próprios, em 1 de Janeiro de 2018, em MT 23.280 (líquido de impostos), compreendendo uma redução de 23.280 MT decorrente da aplicação da nova metodologia de imparidade baseada em perdas esperadas (ECL).

Esse impacto toma em consideração as emendas de escopo restrito feitas à IFRS 9 pelo IASB em Outubro de 2017, denominadas "Características de Pré-Pagamento com Compensação Negativa (Emendas à IFRS 9)". Estas emendas entram em vigor para os exercícios que iniciam em ou depois de 1 de Janeiro de 2019 mas podem ser adoptadas antecipadamente.

As emendas permitem que alguns activos financeiros com pagamento antecipado com compensação negativa sejam mensurados ao custo amortizado que, mas para a emenda, teria sido mensurado pelo justo valor através do resultado. Uma compensação negativa surge quando as cláusulas contratuais permitem que o mutuário pague antecipadamente o instrumento antes de seu vencimento contratual, mas o valor do pré-pagamento poderia ser menor do que os montantes não pagos de principal e juros. Para se qualificar para a mensuração ao custo amortizado, a compensação negativa deve ser "compensação razoável" para rescisão antecipada do contrato.

#### IFRS 15 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em Maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, com vigência a partir de 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida. A IFRS 15 define princípios para o reconhecimento da receita e será aplicável a todos os contratos com clientes. No entanto, os rendimentos de juros e comissões relacionadas com instrumentos financeiros e arrendamentos continuarão fora do escopo da IFRS 15 e serão regulados pelas demais normas aplicáveis (por exemplo, IFRS 9 e IFRS 16 Locações).

De acordo com a IFRS 15 a receita será reconhecida à medida que os bens e serviços forem transferidos, na medida em que o cedente preveja a titularidade dos bens e serviços. A norma também irá especificar um conjunto abrangente de requisitos de divulgação relacionados à natureza, extensão e prazo, bem como qualquer incerteza de receita e fluxos de caixa correspondentes com os clientes.

**Transição e impacto:** O Banco não prevê adopção antecipada da IFRS 15 e não espera nenhum impacto significativo.

#### IFRS 16 LOCAÇÕES

O IFRS 16 foi emitido em Janeiro de 2016 e substitui o IAS 17 - Locações, o IFRIC 4 - Determinando se um Acordo contém uma Locação, SIC-15 Locações Operacionais-Incentivos e SIC-27 Avaliando a Substância de Transações Envolvendo a Forma Legal de uma Locação. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações e exige que os locatários contabilizem todas as locações sob um único modelo de balanço, semelhante à contabilização das locações financeiras conforme a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento, para locatários - locações de activos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (isto é, locações com um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início da locação, o locatário reconhecerá um passivo para fazer pagamentos da locação (isto é, o passivo de locação) e um activo que representa o direito de usar o activo subjacente durante o prazo da locação (isto é, o direito de uso do activo). Os locatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de locação e a despesa de depreciação sobre o activo de direito de uso.

Os locatários também serão solicitados a reavaliar o passivo de locação após a ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos futuros da locação resultante de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário geralmente reconhecerá o valor da remensuração do passivo de locação como um ajuste ao activo de direito de uso.

A contabilização da locadora de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada em relação à contabilidade de hoje, de acordo com a IAS 17. Os locadores continuarão a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e

a distinguir entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16 também exige que locatários e locadores façam divulgações mais extensas do que sob a IAS 17.

A IFRS 16 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida, mas não antes de uma entidade aplicar a IFRS 15. Um locatário pode optar por aplicar a norma usando uma abordagem retrospectiva completa ou retrospectiva modificada. As disposições de transição da norma permitem certos relevos.

**Transição e impacto:** Em 2018, o Banco continuará a avaliar o efeito potencial do IFRS 16 em suas demonstrações financeiras.

## IFRS 17 CONTRATOS DE SEGUROS

Em Maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 Contratos de Seguros (IFRS 17), uma nova norma contabilística abrangente para contratos de seguro que abrange reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez efectiva, o IFRS 17 substituirá o IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) emitido em 2005. O IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (ou seja, vida, não vida, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Algumas excepções de escopo serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, que se baseiam largamente na adopção de políticas contabilísticas locais, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, cobrindo todos os aspectos contabilísticos relevantes. O núcleo do IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação directa (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de atribuição de prémios) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. A aplicação antecipada é permitida, desde que a entidade também aplique a IFRS 9 e a IFRS 15 em ou antes da data em que aplica pela primeira vez a IFRS 17.

**Transição e impacto:** esta norma não é aplicável para o Banco.

### 2.1.3. Moeda funcional e de apresentação

#### a) Moeda funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, que é a moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera e a moeda em que os registos contabilísticos são mantidos. Todos os montantes constantes das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de meticais ("MT").

#### b) Utilização de estimativas

A elaboração de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que a Administração formule juízos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Os resultados da revisão de estimativas contabilísticas são reconhecidos no período em que as mesmas são revistas e em que períodos futuros são afectados. Na nota 4, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

## 2.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adiante descritas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira encontram-se convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários denomina-

dos em moeda estrangeira encontram-se convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de reporte. As diferenças cambiais decorrentes da conversão encontram-se reconhecidas na demonstração do rendimento integral. Os activos e passivos não monetários que estejam denominados em moeda estrangeira e que se encontrem valorizados ao custo histórico foram convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

#### b) Juros

Os resultados de juros encontram-se reconhecidos na demonstração do rendimento integral, através do método da taxa efectiva. O método da taxa efectiva consiste no cálculo do custo amortizado de um activo ou de um passivo financeiro e da imputação do rendimento ou dos encargos de juros ao período relevante.

A taxa de juro consiste na taxa que desconta, em termos exactos, os pagamentos futuros ou recebimentos de caixa previstos durante a vida expectável do activo ou passivo financeiro (ou período inferior, sempre que adequado), do valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro é estabelecida no reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro e não é objecto de revisões posteriores.

Os encargos da operação são encargos suplementares directamente imputáveis à aquisição, emissão ou alienação de um activo ou passivo financeiro.

#### c) Comissões pagas e recebidas

Os resultados de serviços e comissões, que integram a taxa de juros aplicável a um activo ou passivo financeiro, são incluídos na mensuração da taxa de juro. Os outros rendimentos de serviços e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de intermediação, projectos e operações de financiamento estruturado, comissões de vendas, comissões de distribuição e comissões de sindicância são reconhecidos no momento da realização.

Os outros encargos de serviços e comissões relacionam-se principalmente com comissões de operações e serviços e são desembolsados à medida que os serviços são recebidos.

#### d) Resultado de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os resultados decorrentes de operações cambiais e a conversão de itens monetários cambiais.

#### e) Activos e passivos financeiros

Nos termos da IAS 39, todos os activos e passivos financeiros devem ser reconhecidos na demonstração da posição financeira e mensurados em função da categoria que lhes foi atribuída.

#### Activos financeiros

O Banco aloca os activos financeiros às seguintes categorias da IAS 39: créditos e valores a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A Administração determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

#### Créditos e valores a receber

Os créditos e valores a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou quantificáveis que não estão cotados no mercado activo, além dos seguintes:

- dos que o Banco pretende vender imediatamente ou a curto prazo, que estão classificados como activos financeiros para negociação, e aqueles que se designem, no reconhecimento inicial, ao justo valor através dos resultados (ganhos ou perdas);
- dos que o Banco, no reconhecimento inicial, designe como disponíveis para venda; ou
- daqueles relativamente aos quais o titular possa não recuperar substancialmente todo o seu investimento inicial por outro motivo que não a deterioração do crédito.

Os créditos e valores a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor – que consiste na contrapartida monetária para processar a concessão ou adquirir o crédito, incluindo quaisquer encargos da operação – e posteriormente avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efectiva. Os créditos e valores a receber são lançados na demonstração da posição financeira como créditos a bancos ou clientes. Os juros sobre créditos constam na demonstração do rendimento integral e são lançados na rubrica "Juros e rendimentos similares". Em caso de imparidade, as perdas por imparidade são lançadas como dedução do valor contabilístico do crédito e reconhecidas na de-

monstração do rendimento integral como "Custos com Imparidade do crédito".

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros cuja detenção se pretende que seja por período indeterminado, e que poderão ser vendidos para dar resposta a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de capitais próprios, ou que não se encontrem classificados como créditos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que consiste na contrapartida monetária, incluindo os encargos da operação, sendo posteriormente avaliados ao justo valor, devendo os resultados ser reconhecidos na demonstração de rendimento integral com excepção das perdas por imparidades e ganhos e perdas de operações cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido. Se for determinada a imparidade de um activo financeiro disponível para venda, os resultados acumulados que tiverem sido anteriormente reconhecidos na demonstração de rendimento integral serão reconhecidos nos resultados. Contudo, os juros são calculados em função do método da taxa de juro efectiva, e os ganhos e perdas da moeda estrangeira de activos monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

#### Passivos financeiros

O Banco detém passivos financeiros ao custo amortizado. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando extintos.

#### Passivos avaliados ao custo amortizado

Os passivos financeiros avaliados ao custo amortizado são os depósitos de bancos e de clientes, bem como outros empréstimos.

#### Determinação do justo valor

Relativamente aos instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros baseia-se em preços cotados no mercado activo.

Considera-se que um instrumento financeiro está cotado num mercado activo se os preços cotados se encontrarem de forma activa e periodicamente disponíveis em bolsas de valores, intermediários, correctores, grupos do sector, serviço de preços ou agências regulatórias, e se reflectirem transacções reais e periódicas no mercado, em condições normais de mercado. Se os critérios anteriormente referidos não ocorrerem, considera-se que o mercado é ilíquido. A verificação de uma considerável disparidade entre procura-oferta, o aumento significativo da disparidade procura-oferta, ou a existência de poucas operações recentes, constituem indícios de que um mercado está inactivo.

Relativamente a todos os restantes instrumentos financeiros, o justo valor é determinado em função de técnicas de avaliação. Nestas técnicas, o justo valor é estimado em função de dados observáveis relativos a instrumentos financeiros de tipo semelhante, utilizando modelos para estimar o valor actual de futuros fluxos de caixa previstos ou outras técnicas de avaliação, utilizando pressupostos (por exemplo, curva de rendimento de taxas de juro, taxas cambiais, volatilidades e spreads de contraparte) válidas à data da demonstração da posição financeira.

O Banco só utiliza modelos de avaliação de reconhecimento generalizado para determinar o justo valor de instrumentos financeiros não normalizados de menor complexidade, tais como Bilhetes do Tesouro. Relativamente a estes instrumentos financeiros, as entradas nos modelos são, em geral, observáveis no mercado. Nos casos em que o justo valor dos instrumentos de capital próprio não cotados não pode ser determinado de forma fiável, os instrumentos são contabilizados ao custo deduzido da imparidade. O justo valor dos créditos bem como dos passivos com bancos e clientes é determinado com recurso ao modelo do valor actual, com base em fluxos de caixa acordados contratualmente, tendo em conta a qualidade do crédito, liquidez e custos.

#### Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa destes activos se extinguem ou quando os activos tiverem sido substancialmente transmitidos (transmitidos to-

dos os riscos e prémios decorrentes da titularidade dos activos). Se todos os riscos e prémios não tiverem sido substancialmente transmitidos, o Banco analisa o controlo para garantir que o envolvimento continuado com base em quaisquer poderes de controlo retidos não impede o desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos, aquando do respectivo resgate ou extinção.

No caso da existência de acções e obrigações dadas em garantia pelo Banco, ao abrigo de contratos de recompra e operações de crédito e empréstimo de garantias, as mesmas não são desreconhecidas uma vez que o Banco mantém, substancialmente, todos os riscos e prémios, com base no preço de recompra pré-estabelecido, não estando por isso preenchidos os critérios de desreconhecimento. Esta situação é igualmente aplicável a determinadas operações de titularização em que o Banco retém parte dos riscos.

#### Reclassificação de activos financeiros

Os activos financeiros que não sejam créditos e valores a receber podem ser reclassificados a partir da categoria dos activos financeiros para negociação apenas em casos raros, decorrentes de um único facto que seja incomum e pouco provável de voltar a ocorrer a curto prazo. Por outro lado, o Banco poderá optar por reclassificar activos financeiros que caibam na definição de créditos e valores a receber, a partir das categorias de activos financeiros para negociação e disponíveis para venda, se o Banco tiver a intenção e a capacidade de deter os referidos activos financeiros num futuro previsível ou até à maturidade na data de reclassificação. Não foi efectuada nenhuma reclassificação durante o ano.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira, sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e haja intenção de liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Imparidades de activos financeiros

#### Activos contabilizados ao custo amortizado

O Banco avalia, a cada data de reporte, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros. Só se verifica a imparidade de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros, incorrendo-se em perdas por imparidade, se houver evidências concretas de imparidade, na sequência de uma ou mais situações que se verifiquem após o reconhecimento inicial do activo (uma "situação de perda") e a referida situação de perda (ou situações) afecte os futuros fluxos de caixa estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros e possa ser estimada de modo fiável.

Os critérios que o Banco usa para determinar a existência de evidências concretas de perdas por imparidade incluem:

- a) dificuldades financeiras consideráveis do emitente ou do devedor;
- b) incumprimento contratual, tal como incumprimento ou mora em termos de pagamento de juros ou reembolso de capital;
- c) a atribuição, por parte do mutuante ao mutuário, por motivos económicos ou legais que se prendam com a dificuldade financeira do mutuário, de uma concessão que o mutuante de outro não consideraria;
- d) verificação da probabilidade de o mutuário vir a entrar em processo de falência ou outro tipo de reestruturação financeira;
- e) o desaparecimento de um mercado líquido para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras; e
- f) dados observáveis que indiquem que existe um decréscimo mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de activos financeiros desde o reconhecimento inicial dos mesmos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os activos financeiros individuais constantes da carteira, incluindo:

- i. alteração de circunstâncias da situação de pagamento dos mutuários constantes da carteira; e
- ii. condições económicas nacionais ou locais relacionadas com incumprimentos relativamente aos activos na carteira.

O período estimado entre a verificação de perdas e a sua identificação pela Direcção relativamente a cada carteira identificada varia geralmente entre três e doze meses. Em casos excepcionais, são necessários prazos superiores.



O Banco avalia, em primeiro lugar, a existência individual de evidências concretas de imparidade para activos financeiros que tenham relevância individual, e existência individual ou conjunta relativamente a activos financeiros que não tenham relevância individual. Se o Banco determinar que não existem evidências objectivas de imparidade relativamente a um activo financeiro avaliado individualmente, quer tenha ou não relevância, incluirá o activo num grupo de activos financeiros com características semelhantes em termos de risco de crédito e avaliará a imparidade dos mesmos em conjunto. Os activos cuja imparidade é individualmente avaliada e relativamente aos quais se reconheça ou se continue a reconhecer perdas por imparidade não são incluídos na avaliação conjunta de imparidade.

O montante da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos futuros fluxos de caixa estimados (incluindo perdas futuras de crédito que não se tenham verificado), descontada à taxa de juros efectiva original do activo financeiro. O valor contabilístico do activo é reduzido mediante a utilização de uma conta de gastos com imparidade e o montante da perda é reconhecido na demonstração de rendimento integral. Se um crédito tiver uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual estabelecida no contrato.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro garantido reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução da garantia, menos os custos de dação ou venda da garantia, independentemente da execução ser ou não provável.

Para efeitos de uma avaliação conjunta de imparidade, os activos financeiros são agrupados em função de características semelhantes em termos de risco de crédito. As referidas características são relevantes para a estimativa de fluxos de caixa futuros para grupos dos referidos activos, uma vez que são indiciadoras da capacidade dos devedores de pagar todos os montantes em dívida nos termos dos respectivos contratos relativos aos activos avaliados.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de activos financeiros que sejam conjuntamente avaliados em termos de imparidade são estimados em função dos fluxos de caixa contratuais dos activos no Banco e das perdas históricas relativas a activos com características semelhantes aos do Banco, em termos de risco de crédito.

As perdas históricas são ajustadas em função de dados observáveis actuais para reflectir os efeitos das condições actuais que não tenham afectado o período a que as perdas históricas se reportam e para eliminar os efeitos de condições no período histórico que não existem actualmente.

As estimativas de alterações em fluxos de caixa futuros para grupos de activos devem reflectir e ser direccionalmente consistentes com as alterações em dados observáveis relacionados periodicamente (por exemplo, alterações nas taxas de desemprego, preços de imóveis, situações de pagamento, ou outros factores indiciadores de alterações na probabilidade de perdas no Banco).

**Activos classificados como disponíveis para venda**  
O Banco avalia, em cada data de reporte, se existem evidências objectivas da imparidade de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros.

No caso de investimentos de capital próprio, classificados como disponíveis para venda, o declínio significativo ou prolongado do justo valor do título abaixo do seu custo constitui evidência objectiva de imparidade que resultará no reconhecimento de uma perda por imparidade. Se as referidas evidências se verificarem relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – medida como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade verificada no activo financeiro previamente reconhecida nos em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na rubrica de resultados operacionais da demonstração de rendimento integral. As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados operacionais relativamente a instrumentos de capital próprio não são revertidas através da demonstração de rendimento integral. Se, em período posterior, se verificar o aumento do justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda e o aumento for passível de ser objectivamente relacionado com uma situação ocorrida após o reconhecimento da perda por imparidade nos resulta-

dos, a perda por imparidade é revertida através dos resultados operacionais.

**f) Caixa e equivalentes de caixa**  
A caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos com maturidade inferior a três meses, a contar da data de aquisição, incluindo dinheiro em caixa, depósitos à ordem em outros bancos e outros investimentos de elevada liquidez a curto prazo com maturidades iniciais de três meses ou menos.

Caixa e saldos de caixa em bancos centrais são compostos por saldos de caixa e depósitos no Banco de Moçambique, principalmente para cumprimento da constituição de reservas obrigatórias.

**g) Empréstimos que vencem juros**  
Os empréstimos que vençam juros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo qualquer diferença entre o montante recebido do mutuário e o justo valor do empréstimo reconhecida como rendimento diferido na demonstração da posição financeira. O rendimento diferido será posteriormente amortizado na demonstração de rendimento integral durante o período de vida do contrato.

**h) Activos não correntes detidos para venda**  
O Banco classifica activos não correntes como detidos para venda se seus valores contabilísticos vão ser recuperados por meio de uma transação de venda. Activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de venda. Os custos de venda são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um activo, excluindo os custos financeiros e a despesa de imposto sobre o rendimento. Os critérios para a classificação como detidos para venda são considerados como satisfeitos somente quando a venda é altamente provável e o activo ou grupo de alienação está disponível para venda imediata em sua condição actual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que mudanças significativas na venda sejam feitas ou que a decisão de venda seja retirada. A administração deve estar comprometida com o plano de venda do activo e a venda deve ser concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os outros activos tangíveis e intangíveis não são depreciados ou amortizados quando são classificados como mantidos para venda.

#### i) Activos tangíveis

##### Activos próprios

###### i. Reconhecimento e mensuração

Os activos tangíveis são lançados ao custo menos a amortização acumulada e as perdas por imparidade. O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais, mão-de-obra directa e uma parcela adequada dos custos gerais de produção. Sempre que um activo tangível inclua componentes principais com diferentes vidas úteis, serão as mesmas contabilizadas como itens autónomos.

###### ii. Custos posteriores

Os custos posteriores são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como activo autónomo, conforme adequado, apenas quando existe uma probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Banco e o custo do activo poder ser avaliado de forma fiável. As demais reparações e manutenção correntes são reconhecidas na rubrica de custos de estrutura durante o período financeiro em que forem incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método linear para imputar o seu custo aos respectivos valores residuais durante as vidas úteis estimadas dos mesmos. As vidas úteis estimadas para os períodos actual e comparativo são as seguintes:

	Número de anos
Imóveis	20-50
Benfeitorias nas locações	3 - 10
Veículos	4
Equipamento informático	3 - 5
Mobiliário e outro equipamento	3 - 10

Os valores residuais, método de depreciação e vidas úteis dos activos são revistos anualmente e ajustados, sempre que adequado, em cada data de reporte. Os activos sujeitos a depreciação são revistos em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiciem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. O valor contabilístico do activo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável se o valor contabilístico do activo for superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados mediante a comparação das receitas com o valor contabilístico. São lançados na rubrica de perdas operacionais ou outros resultados operacionais, na demonstração do rendimento integral.

#### j) Activos Intangíveis

##### Software

O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e perdas por imparidade. Esta categoria de activos é composta pelas aplicações para as principais actividades bancárias, contabilidade e de salários. Não existem activos intangíveis gerados internamente.

##### Amortização

A amortização é reconhecida na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante a vida útil dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados durante um período máximo de 10 anos. A vida útil e o método de amortização são revistos anualmente.

Não foram constituídos quaisquer penhores sobre títulos, bens, instalações e equipamentos a título de garantia de passivos.

#### k) Imparidades de activos não financeiros

Os activos são revistos em termos de imparidade sempre que as situações ou alterações de circunstâncias indiciem que o valor contabilístico poderá não ser recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no montante em que o valor contabilístico do activo ultrapasse o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda ou o valor de uso, consoante o que for mais elevado. Para efeitos de avaliação de imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo em que existam recebimentos de caixa que possam ser identificáveis em separado (unidades geradoras de caixa).

O teste de imparidade poderá ser também efectuado a um único activo sempre que o justo valor, menos os encargos de venda ou o valor de uso, possa ser determinado de forma fiável. Não se verificou a imparidade de quaisquer activos não financeiros durante o exercício.

#### l) Contratos de Arrendamento

Os contratos de arrendamento celebrados pelo Banco são essencialmente arrendamentos operacionais. Os pagamentos efectuados nos termos dos arrendamentos operacionais são imputados aos custos operacionais na demonstração de rendimento integral segundo o método linear, durante o período de vigência do arrendamento.

Em caso de resolução de um contrato operacional, os pagamentos efectuados ao locador a título de penalização são reconhecidos como encargos no período em que se verifica a resolução.

#### m) Benefícios dos trabalhadores

O banco efectua contribuições para os planos de reforma dos seus trabalhadores, conforme previsto na legislação local sobre pensões, e não existem outras obrigações de pagamento após a realização destas contribuições.

As contribuições são reconhecidas como um encargo com benefícios de trabalhadores na data do seu vencimento. O Banco não tem qualquer outro sistema de pensões e, consequentemente, não tem qualquer obrigação relativamente a pensões.

As obrigações relativas a benefícios de trabalhadores a curto prazo são avaliadas numa base não descontada e desembolsadas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os benefícios a curto prazo incluem ainda salários, licenças vencidas e outros benefícios.

#### n) Capitais próprios

Os custos adicionais directamente imputáveis à emissão de novas acções são lançados na rubrica capital próprio, líquidos de impostos, como reserva negativa de capital e como uma dedução das receitas.

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio no período em que são aprovados pelos accionistas da empresa.

#### o) Impostos correntes e diferidos

As despesas com impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre lucros é reconhecido na demonstração de rendimento integral excepto na medida em que se relacione com itens directamente reconhecidos no capital próprio ou outro rendimento integral caso em que é reconhecido no capital próprio ou em outro rendimento integral.

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando taxas de imposto aprovadas na demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos ao imposto liquidável relativamente a exercícios anteriores.

O imposto diferido é lançado tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de reporte financeiro e os valores usados para efeitos fiscais. O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos, mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data da demonstração da posição financeira. Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver algum direito legalmente exequível de compensar passivos fiscais correntes contra activos fiscais correntes, ou sobre diferentes contribuintes/entidades fiscais.

Os activos fiscais diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de futuros lucros fiscais contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. No final do ano de 2017, a Administração é da opinião que o Banco irá realizar lucros durante os próximos três anos suficientes para absorver parte dos prejuízos fiscais.

#### p) Provisões

As provisões são reconhecidas sempre que o Banco tenha uma obrigação legal ou construtiva presente, decorrente de eventos anteriores, em que existe uma forte probabilidade de vir a ser necessário um dispêndio de recursos para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado de forma fiável.

As provisões são mensuradas ao valor actual das despesas que se espera que sejam necessárias para liquidar a obrigação, descontadas à taxa pré-imposto que reflecte a avaliação corrente do mercado do valor temporal do dinheiro e do risco específico do passivo.

#### q) Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que obrigam o emitente à realização de pagamentos definidos para reembolsar o titular de perdas em que este incorra, devido ao incumprimento de determinado devedor relativamente a uma obrigação de pagamento na data de vencimento, nos termos de instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são prestadas a bancos, instituições financeiras e outros órgãos em representação de clientes, a fim de garantir créditos, descobertos e outros créditos bancários.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor na data da respectiva prestação. O justo valor de uma garantia financeira na data de assinatura é zero, dado que todas as garantias são contratadas em termos comerciais normais e o valor do prémio acordado corresponde ao valor da obrigação garantida. Os prémios futuros não são reconhecidos como valores a receber. Após o reconhecimento inicial, os passivos do banco ao abrigo das referidas garantias são mensurados ao valor inicial menos a amortização, a taxas reconhecidas de acordo com a IAS 18, ou com base na melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia, consoante o que for mais elevado. Estas estimativas são determinadas em função de operações históricas semelhantes e de perdas anteriores, complementado pelo julgamento da Administração. Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos segundo o método linear, durante a vida da garantia.

### 2.3. CORREÇÃO DE UM ERRO

A lei do imposto sobre o rendimento da República de Moçambique mudou em 2014 em relação ao tratamento fiscal do rendimento obtido em bilhetes de Tesouro. A partir de 01 de Janeiro de 2014, o Governo de Moçambique estabeleceu uma taxa ou imposto definitivo como uma percentagem dos rendimentos obtidos em bilhetes de Tesouro. Antes de 2014, os titulares de bilhetes de Tesouro poderiam usar o imposto sobre o rendimento de bilhetes de Tesouro como um crédito fiscal futuro, portanto, um activo fiscal corrente. O Banco continuou a contabilizar o imposto sobre o rendimento de bilhetes de Tesouro como activo fiscal corrente, de forma incorrecta após 1 de Janeiro de 2014. Isto resultou numa reexpressão de cada uma das rubricas da demonstração financeira afectada para os períodos anteriores, como se segue:

Impacto na demonstração da posição financeira (redução)

Impacto na demonstração da posição financeira (redução)

	31 de Dezembro 2016 MT	01 de Janeiro 2016 MT
Activos por impostos correntes	(16,478)	(10,161)
Impacto nos capitais próprios	(16,478)	(10,161)

Impacto na demonstração de rendimento integral (redução)

	2016 MT
Gastos operacionais	(6,317)
Impacto na demonstração do rendimento integral	(6,317)

## 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade bancária está exposta a diferentes riscos financeiros. Correr riscos é fundamental para o desempenho financeiro e os riscos operacionais são a consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e o retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. Em 2012, criou-se o Departamento de Risco no Banco para garantir a gestão adequada e eficiente do risco.

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes a taxas fixas e variáveis, e a diferentes prazos, e procura ganhar margens de juros superiores à média mediante o investimento destes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens mediante a consolidação de fundos a curto prazo e a concessão de crédito por períodos superiores a taxas mais elevadas, enquanto mantém liquidez suficiente para dar resposta a todas as operações que se possam vencer.

Assim, as políticas de gestão do risco do banco foram concebidas para identificar e analisar estes riscos, para estabelecer limites e controlos adequados do risco, e para monitorizar os riscos e adesão aos limites mediante sistemas informáticos fiáveis e actualizados. Periodicamente, o Banco revê as suas políticas e os sistemas de gestão de risco para reflectir as alterações dos mercados, produtos e melhores práticas emergentes.

A gestão do risco é realizada nos vários departamentos, ao abrigo de políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Cada Departamento identifica e avalia os riscos financeiros em estreita colaboração com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece os princípios de gestão global do risco, bem como políticas sobre áreas específicas, tais como os riscos cambiais, riscos de taxa de juros e riscos de crédito. Além disso, a auditoria interna é responsável pela análise independente da gestão de risco e de controlo interno. Os riscos mais significativos para o Banco são: o risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de solvência e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, o risco de taxas de juro e outros riscos de preço.

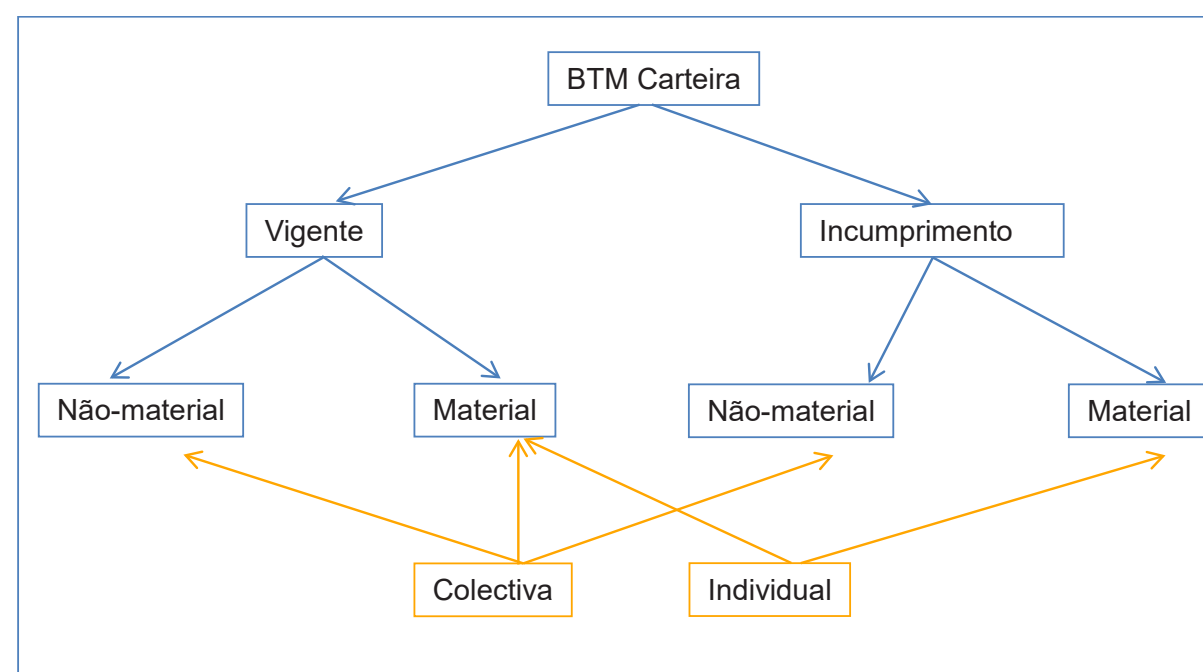
### 3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito, que consiste no risco de uma contraparte causar perdas financeiras ao Banco ao incumprir qualquer obrigação. As perdas por imparidade são reconhecidas como perdas incorridas à data de reporte. As alterações significativas na economia ou na condição de um determinado sector que represente um segmento na carteira de crédito do Banco podem resultar em outras perdas além das registadas na data de reporte. Por isso, a Administração gere cuidadosamente a sua exposição a riscos de crédito.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise periódica da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários de cumprirem as respectivas obrigações de pagamento de juros e reembolso de capital e mediante a alteração do limite de crédito, sempre que necessário. A exposição ao risco de crédito é gerida mediante a obtenção de uma garantia real ou pessoal.

O Conselho de Administração criou um comité de crédito, responsável pela implementação da política de crédito do banco. Constitui política do banco exigir a entrega de uma garantia real adequada para garantir os créditos concedidos.

Não se verificaram quaisquer alterações em termos de objectivos, políticas e procedimentos de gestão do risco relativamente ao exercício anterior.



#### 3.1.1. Mensuração do risco de crédito

##### Crédito e adiantamentos

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento de contrapartes individuais segundo uma escala interna de avaliação adaptada às duas categorias de contrapartes. A escala de avaliação do Banco, apresentada abaixo, reflecte um conjunto de probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Em princípio, isto significa que as exposições migram entre as classes, em função da alteração da avaliação da respectiva probabilidade de incumprimento.

A classificação interna do Banco é a seguinte:

- créditos vigentes;
- créditos em incumprimento.

Os créditos vigentes e em incumprimento obedecem ambos à classificação de material e não material.

A escala de classificação contempla o seguinte:

- O limite não material está actualmente fixado em MT 2.5 milhões.
- Os créditos vigentes correspondem a créditos de clientes sem incumprimento ou com atrasos até 90 dias.
- O crédito em incumprimento significa que o contrato/cliente estão com atrasos de 91 dias ou mais.
- O cálculo estatístico da probabilidade de incumprimento (PI) é efectuado tendo em conta o segmento, o produto e os dados históricos dos últimos 5 anos. É calculado numa base mensal com uma periodicidade de 12 meses.
- O cálculo estatístico das perdas decorrentes de incumprimento é efectuado tendo em conta o segmento, tipo de produto e do tipo de garantia e usa dados históricos de recuperações dos últimos 5

### MODELO DE IMPARIDADE

O modelo de imparidade utilizado pelo banco tem duas categorias de imparidade, como segue:

#### a) Imparidade individual

Os clientes são avaliados em termos de risco, em função dos montantes de crédito concedidos e das garantias reais prestadas. Os analistas de crédito fornecem os dados sobre o desempenho e situação financeira actualizada dos clientes, mediante uma análise financeira e evolução do negócio ao Comité de Crédito que aprova a imparidade sugerida para cada cliente. Esta avaliação é realizada independentemente do cumprimento ou incumprimento dos clientes. A avaliação em termos de risco aplica-se para todos os clientes com créditos acima de 2.5 milhões de meticais com excepção de entidades do Governo de Moçambique, instituições de crédito e entidades que possuam garantias do Banco Central.

#### b) Imparidade colectiva

Esta avaliação é realizada para clientes com créditos inferiores a MT 2.5 milhões. Os activos são agrupados em características de risco semelhantes para calcular as probabilidades de incumprimento, bem como o percentual de perda no caso de incumprimento efectivo. Os fluxos de caixa futuros sobre o crédito sujeitos a uma análise de imparidade colectiva são estimados com base nos dados históricos disponíveis nas perdas relativas a activos com características de risco semelhantes com o montante avaliado e reconhecido em outros no rendimento integral.

países tipos de garantias reais sobre créditos e aplicações são os seguintes:

- Hipotecas sobre residências próprias;
- Oneração de activos empresariais tais como instalações, equipamento, inventário e valores a receber; e
- Oneração de instrumentos financeiros tais como títulos de dívida e participações sociais.

Os financiamentos e créditos a longo prazo a empresas estão geralmente garantidos. As linhas de crédito individual não são, geralmente, garantidas. De modo a minimizar as perdas de crédito, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte assim que forem observados indicadores de imparidade para os créditos e aplicações individuais relevantes.

As garantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam créditos são determinadas em função da natureza do instrumento. Os títulos de dívida, bilhetes do tesouro e outros elegíveis não são, geralmente garantidos.

O montante de garantias reais de que o banco é titular é o seguinte:

	2017 MT	2016 MT
Crédito Hipotecário	2,584,778	3,599,258
Outros Créditos	3,169,624	1,176,112
<b>Em 31 Dezembro</b>	<b>5,754,402</b>	<b>4,775,370</b>

As garantias detidas para créditos hipotecários referem-se a propriedades residenciais ou instalações comerciais dadas pelos clientes como garantia dos montantes recebidos. Outras garantias referem-se a outros valores mobiliários dados por clientes, que podem ser equipamentos, estoques e contas a receber.

#### b) Compromissos relacionados com o crédito

A principal finalidade destes instrumentos é garantir, quando necessário, a disponibilidade dos fundos ao cliente. As garantias e cartas de crédito possuem o mesmo risco de crédito dos empréstimos. As cartas de crédito documentárias e comerciais, que constituem compromissos escritos do Banco em representação de um cliente, autorizando terceiros a levantar montantes no Banco até um montante estipulado em termos e condições específicos, são garantidas pela subjacente expedição dos bens a que se reportam e, consequentemente, representam um risco menor do que os empréstimos directos.

Os compromissos de extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações de extensão de crédito, sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. Relativamente ao risco de crédito de compromissos de extensão de crédito, o Banco fica potencialmente exposto a perdas em montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Contudo, o montante provável das perdas é inferior ao total dos compromissos não utilizados, já que a maioria dos compromissos de extensão de crédito depende da manutenção, por parte dos clientes, de padrões de crédito específicos. O Banco monitoriza o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, uma vez que os compromissos de longo prazo representam, em geral, um risco de crédito superior em comparação com obrigações de curto prazo.

#### c) Imparidade e políticas de provisão

Em cada data de reporte, o Banco avalia se existe evidência objectiva de imparidade na carteira de crédito. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros estão com imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, após o reconhecimento inicial, ocorreu um evento de perda e que este tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do activo estimados de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- Mora nos pagamentos contratuais de capital ou juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa do mutuário (v.g., rácio de solvabilidade, percentagem líquida do rendimento das vendas);
- Violação de acordos ou condições de crédito;
- Início de processos de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia real; e



• Deterioração abaixo do nível de investimento.

A política do Banco prevê uma análise individual dos activos financeiros que se encontrem acima dos limites de materialidade com uma frequência mínima anual ou, sempre que as circunstâncias particulares assim o exijam. As perdas por imparidade nos créditos analisados individualmente são determinadas mediante avaliação das perdas incorridas à data de reporte numa base individual e aplicadas a todas as contas individualmente significativas. Esta avaliação engloba, normalmente, as garantias reais detidas (incluindo reconfirmação de exequibilidade) e as receitas antecipadas do crédito individual.

A avaliação individual é específica para cada caso e tem como base o desempenho do cliente.

Os créditos em incumprimento incluem créditos em que o Banco possui evidência objectiva de incumprimento, como uma quebra material da convenção ou condições do contrato, bem como os créditos cujas prestações estão em incumprimento há 90 dias ou mais. Para os créditos em incumprimento, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro original efectiva do contrato, e o seu valor contabilístico à data de balanço. A quantidade esperada de recuperação reflecte os fluxos de caixa

que podem resultar da execução de garantias associadas ao crédito. O tempo estimado de recuperação das garantias é, em média, de 24 meses.

Para os créditos em situação vigente, a avaliação individual baseia-se em futuras recuperações de colaterais aplicando um hair cut que depende da qualidade da classificação de risco de crédito e sobre a probabilidade de incumprimento, que é calculada com base em dados históricos dos últimos 4 anos.

Na avaliação da imparidade colectiva, o Banco utiliza modelos estatísticos que tem por base as tendências históricas da probabilidade de incumprimento, o tempo de recuperação e os valores de perda incorridos.

Analisa ainda, os termos e condições económicas de crédito de forma a concluir se as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores do que sugerem as tendências históricas. As taxas de incumprimento, taxas de perda e o tempo esperado para recuperações futuras são analisados regularmente contra resultados reais para garantir que continuam apropriados.

As perdas por imparidade do crédito a clientes correspondem à diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro originais efectuadas dos contratos de crédito.

#### 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias reais detidas ou outras melhorias de crédito

	2017 MT	2016 MT
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90,853	126,318
Bilhetes do tesouro	442,481	49,089
Aplicações em instituições de crédito	86,378	97,378
<b>Crédito a clientes</b>	<b>2,610,089</b>	<b>2,744,996</b>
Empréstimos hipotecários	1,450,882	1,424,092
Outros empréstimo	1,159,206	1,320,904
<b>A exposição ao risco de crédito relativa a itens extra-patrimoniais é a seguintes:</b>		
Cartas de crédito	-	6,567
Garantias bancárias	62,510	47,713
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>3,292,311</b>	<b>3,072,061</b>

A tabela acima apresenta o pior cenário de exposição ao risco de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, sem ter em conta as garantias detidas ou outras melhorias de crédito. Relativamente aos activos constantes do balanço, as exposições descritas acima baseiam-se em montantes contabilísticos líquidos tal como reportados no balanço.

A concentração de risco do Banco é administrada por cliente/contraparte, região geográfica (vide nota 3.1.6) e por setor de actividade. A exposição máxima de crédito a um cliente ou contraparte em 31 de dezembro de 2017 era de MT 159 685 (2016: MT 194 944), antes de ter em

conta garantias reais ou outras melhorias de crédito de MT 203 005 (2016: MT 203 005).

As garantias bancárias são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (dentro das Provisões) pelo justo valor, sendo o prémio recebido. Após o reconhecimento inicial, a responsabilidade do Banco em cada garantia é mensurada pelo maior valor inicialmente reconhecido, menos a amortização acumulada reconhecida na demonstração do resultado, e a provisão de perda esperada. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em Rendimentos Líquidos de Taxas Comissões de forma linear ao longo da vida da garantia.

#### 3.1.5. Crédito e adiantamentos

Crédito e adiantamentos a clientes

	2017 MT	2016 MT
Nem vencidos, nem com imparidade (a)	1,874,445	1,721,981
Vencidos sem imparidade (b)	162,465	413,969
Individualmente em imparidade (c)	573,178	609,046
<b>Valor bruto</b>	<b>2,610,088</b>	<b>2,744,996</b>
Imparidade	(205,259)	(198,541)
<b>Valor líquido</b>	<b>2,404,829</b>	<b>2,546,455</b>

Os créditos em imparidade são créditos que o Banco determina não ser capaz de cobrar todo o capital e juros vencidos nos termos contratuais do crédito através dos

fluxos de caixa futuros esperados e/ou receitas da venda de garantias.

Crédito e adiantamentos a Bancos

Categoria	2017 MT	2016 MT
Nem vencidos, nem em imparidade	86,378	97,378
<b>Valor líquido (sem imparidade)</b>	<b>86,378</b>	<b>97,378</b>

a) Crédito a clientes (nem vencidos, nem em imparidade)

Categoria	2017 MT	2016 MT
Empréstimos hipotecários	955,729	710,811
Outros empréstimos	918,716	1,011,170
<b>Total</b>	<b>1,874,445</b>	<b>1,721,981</b>

Qualidade da carteira de crédito (nem vencidos, nem com imparidade) por sector:

	2017 MT	2016 MT
Agronegócio	394,961	387,807
Construção civil e obras públicas	71,945	63,240
Comércio	316,789	539,661
Transportes e comunicações	332,447	382,497
Outros sectores	758,303	348,776
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>1,874,445</b>	<b>1,721,981</b>

b) Créditos vencidos mas sem imparidade

Os créditos em mora por um período inferior a 30 dias são considerados sem imparidade a menos que haja ou-

tra informação disponível que indique o contrário. Relativamente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, o montante é de MT 162 465 (2016: MT 413 969).

	Vencidos mas sem imparidade	Garantias líquidas contra créditos	Crédito não garantido
Categoria	2017 MT	2017 MT	2017 MT
<b>Empréstimos hipotecários</b>	<b>144,117</b>	<b>99,446</b>	<b>44,671</b>
0 – 30 dias	105,583	60,912	44,671
30 – 90+ dias	38,533	38,533	-
<b>Outros créditos</b>	<b>18,348</b>	<b>16,969</b>	<b>1,379</b>
0 – 30 dias	2,579	1,200	1,379
30 – 90+ dias	15,769	15,769	-
<b>A Dezembro de 2017</b>	<b>162,465</b>	<b>116,415</b>	<b>46,050</b>
<b>A Dezembro de 2016</b>	<b>413,969</b>	<b>174,002</b>	<b>239,967</b>

c) Créditos com imparidade individual

	Crédito não vencido mas com imparidade	Crédito vencido	Créditos com imparidade individual	Garantias Líquidas contra créditos em imparidade	Créditos em imparidade não garantidos
	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT	2017 MT
Crédito a clientes	13,183	559,995	573,178	434,819	138,359
Empréstimos hipotecários	-	351,037	351,037	351,037	-
Outros créditos	13,183	208,959	222,142	83,783	138,359
<b>A Dezembro de 2017</b>	<b>13,183</b>	<b>559,995</b>	<b>573,178</b>	<b>434,819</b>	<b>138,359</b>
<b>A Dezembro de 2016</b>	<b>189,884</b>	<b>419,162</b>	<b>609,046</b>	<b>396,549</b>	<b>212,497</b>

d) Aplicações em Instituições de Crédito

O valor total bruto das aplicações em instituições de crédito com imparidade invidual em 31 de Dezembro de 2017 era nulo (2016: nulo). O Banco não é titular de garantias sobre aplicações em instituições de crédito.

e) Créditos renegociados/ reestruturados

Os créditos renegociados poderão incluir acordos de prorrogação de pagamentos e taxas de juro renegociadas. Um empréstimo renegociado consiste numa conta de cliente previamente em mora em que é restabelecida a situação regular e é gerida em conjunto com outras contas semelhantes. Estes créditos são sujeitos a análises constantes.

Em 2017, os empréstimos renegociados totalizaram o montante de MT 398 696 (2016: 310 969).

	2017 MT	2016 MT
Outros créditos	398,696	310,969
<b>Total</b>	<b>398,696</b>	<b>310,969</b>

#### 3.1.6. Concentração dos riscos de crédito

a) Concentração geográfica

	2017 MT	2016 MT
Maputo (incluindo Matola)	1,862,809	1,915,331
Nampula (incluindo Malema)	262,835	314,955
Tete (incluindo Ulongue)	105,543	102,193
Sofala (Beira)	51,205	49,335
Manica (Chimoio)	252,802	285,920
Inhambane (Maxixe)	74,894	77,263
	<b>2,610,089</b>	<b>2,744,996</b>

b) Concentração sector

	2017 MT	2016 MT
Agronegócio	667,996	918,196
Construção civil e obras públicas	127,773	114,865
Comércio	467,543	754,132
Transportes e comunicações	397,745	472,929
Outros sectores	949,032	484,873
	<b>2,610,089</b>	<b>2,744,996</b>



### 3.1.7 Imparidade do crédito a clientes

A imparidade do crédito insere-se nas seguintes categorias de crédito:

	2017 MT	2016 MT
<b>Provisão para Imparidade específica</b>		
Saldo no início do ano	95,585	131,950
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	(7,813)	(30,866)
Dotação / Reversão de imparidade	87,217	(5,499)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>174,989</b>	<b>95,585</b>
<b>Imparidade colectiva</b>		
Saldo no início do ano	102,955	42,711
Contas com imparidade abatidas (Write-offs)	(72,685)	60,244
Dotação / Reversão de imparidade		
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>30,270</b>	<b>102,955</b>

### 3.1.8. Análise sectorial da imparidade do crédito

Abaixo encontra-se a análise sectorial da imparidade específica:

a) Análise por sector

	2017 MT	2016 MT
Agronegócio	57,202	91,208
Construção civil e obras públicas	25,067	4,299
Comércio	21,586	121
Transportes e comunicações	27,276	-
Outros sectores	74,128	-
	<b>205,260</b>	<b>95,628</b>

b) Análise geográfica

	2017 MT	2016 MT
Maputo (incluindo Matola)	116,244	87,931
Nampula (incluindo Malema)	55,070	7,579
Centro (Sofala, Manica, Tete, Inhambane)	33,945	118
	<b>205,260</b>	<b>95,628</b>

## 3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste no risco decorrente das alterações de preços de mercado, tais como taxas de juro, preços de instrumentos de capital, taxas de câmbio e margens da taxa de juro, mas não relacionadas com alterações da situação de crédito do devedor / emitente, que poderão afectar a demonstração do rendimento integral do Banco ou o valor dos instrumentos financeiros detidos por este. O objectivo da gestão do risco de mercado consiste na gestão e controlo das exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo que se otimiza o retorno pelo risco.

O Banco está exposto ao risco de mercado que consiste no risco de flutuação do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado derivam de posições abertas em taxas de juro, moeda e instrumentos de capital, que estão expostos a movimentos gerais e específicos do mercado e a alterações no nível de volatilidade das taxas ou preços de mercado, tais como taxas de juro, margens da taxa de juro, taxas de câmbio e preços de instrumentos de capital.

A gestão do risco de mercado é atribuída ao Comité de Gestão de Activos e Passivos que é responsável por re-

ver e recomendar à aprovação do Conselho de Administração as políticas detalhadas de gestão de risco e posteriormente rever a sua implementação.

### 3.2.1. Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas para aferir e controlar o risco de mercado encontram-se descritas abaixo.

## 3.3. RISCO CAMBIAL

O Banco está exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio na sua posição financeira e nos seus fluxos de caixa. O Banco Central de Moçambique estabelece limites ao mercado relativamente ao grau de exposição por moeda e, em agregado, para posições curtas de 10% dos fundos próprios por moeda e 20% para todas as moedas monitorizadas diariamente. A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco de taxa de câmbio em 31 de Dezembro de 2017. Os instrumentos financeiros do Banco estão incluídos na tabela abaixo, ao valor contabilístico, classificados por moeda.

A conversão, transacção e exposição económica podem ter graves consequências na posição financeira do Banco. Este risco é gerido pelo departamento de Tesouraria.

A exposição do Banco ao risco de taxas de câmbio é como segue

Em 31 de Dezembro de 2017	USD MT	EUR MT	ZAR MT	MT MT	Total MT
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24,080	9,982	3,802	279,702	317,565
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2,613	68,322	19,594	324	90,853
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	86,378	86,378
Crédito a clientes	297,684	1	-	2,107,145	2,404,829
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	442,481	442,481
Activos por impostos correntes	-	-	-	10,943	10,943
Outros activos	(10)	-	(1)	28,037	28,025
	<b>324,367</b>	<b>78,305</b>	<b>23,394</b>	<b>2,955,009</b>	<b>3,381,073</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	121,908	121,908
Recursos de clientes	206,189	6,487	592	1,627,509	1,840,778
Outros Empréstimos	37,338	-	-	205,882	243,219
Outros passivos	180	-	-	44,257	44,437
Provisões	669	-	-	1,687	2,356
	<b>244,376</b>	<b>6,487</b>	<b>592</b>	<b>1,998,887</b>	<b>2,252,698</b>
<b>Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>79,990</b>	<b>71,818</b>	<b>22,801</b>	<b>956,122</b>	<b>1,128,376</b>

Em 31 de Dezembro de 2016	USD MT	EUR MT	ZAR MT	MT MT	Total MT
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	61,891	24,626	2,296	293,942	382,754
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28,760	82,842	13,981	735	126,318
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	97,378	97,378
Crédito a clientes	380,160	-	-	2,166,305	2,546,465
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	49,089	49,089
Activos por impostos correntes	-	-	-	10,843	10,843
Outros activos	354	-	4	37,967	38,325
	<b>471,165</b>	<b>107,468</b>	<b>16,280</b>	<b>2,656,258</b>	<b>3,251,171</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	54,075	54,075
Recursos de clientes	277,948	20,653	1,123	1,436,263	1,735,987
Outros Empréstimos	90,224	-	-	167,952	258,176
Outros passivos	437	593	-	45,814	46,844
	<b>368,610</b>	<b>21,246</b>	<b>1,123</b>	<b>1,704,103</b>	<b>2,095,082</b>
<b>Exposição cambial líquida a 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>102,554</b>	<b>86,222</b>	<b>15,157</b>	<b>968,634</b>	<b>1,172,567</b>

## Análise da sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo apresenta o impacto da alteração da taxa de câmbio em 20%.

Em 31 de Dezembro de 2016	USD MT	EUR MT	ZAR MT	Total MT
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4,816	1,996	760	7,573
Disponibilidades em outras instituições de crédito	523	13,664	3,919	18,106
Crédito a clientes	59,537	-	-	59,537
	<b>64,875</b>	<b>15,661</b>	<b>4,679</b>	<b>85,215</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de clientes	41,238	1,297	118	42,654
Outros Empréstimos	7,468	-	-	7,468
Outros passivos	36	-	-	36
Provisões	134	-	-	134
	<b>48,875</b>	<b>1,297</b>	<b>118</b>	<b>50,291</b>
<b>Impacto nos resultados</b>	<b>16,000</b>	<b>14,363</b>	<b>4,561</b>	<b>34,924</b>
<b>Impacto nos resultados</b>	<b>241%</b>	<b>216%</b>	<b>69%</b>	<b>526%</b>
Impacto da alteração da taxa de câmbio em +20%				34,924
Impacto da alteração da taxa de câmbio em -20%				(34,924)

Em 31 de Dezembro de 2016	USD MT	EUR MT	ZAR MT	Total MT
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12,378	4,925	459	17,763
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5,752	16,568	2,796	25,117
Crédito a clientes	76,032	-	-	76,032
Outros Activos	71	-	1	71
	<b>94,233</b>	<b>21,494</b>	<b>3,256</b>	<b>118,983</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de clientes	55,590	4,131	225	59,945
Outros Empréstimos	18,045	-	-	18,045
Outros passivos	87	119	-	206
	<b>73,722</b>	<b>4,249</b>	<b>225</b>	<b>78,196</b>
<b>Impacto nos resultados</b>	<b>20,511</b>	<b>17,244</b>	<b>3,031</b>	<b>40,787</b>
<b>Impacto nos resultados</b>	<b>309%</b>	<b>260%</b>	<b>46%</b>	<b>615%</b>
Impacto da alteração da taxa de câmbio em +20%				40,787
Impacto da alteração da taxa de câmbio em -20%				(40,787)

O resultado do ano aumentaria / (diminuiria) em MT 34 924 (2016: MT 40 787) se a taxa de câmbio variasse em 20%.

### 3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O justo valor do risco da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco está exposto aos efeitos de flutuações nos principais níveis de taxas de juro do mercado, tanto no seu justo valor como no risco dos fluxos de caixa. As margens de juro são susceptíveis de aumento devido às referidas

alterações mas também poderá resultar em perdas em caso de verificação de movimentos inesperados.

O risco principal a que está exposta a carteira que não é para negociação é o risco de perdas devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros em virtude da alteração da taxa de juro do mercado. O risco de taxa de juro é gerido pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos auxiliado pela Tesouraria numa base diária. O resumo da posição de taxas de juro do Banco sobre a carteira que não é para negociação é o seguinte:

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	3+ anos	Sem juros	Total
<b>Em 31 Dezembro 2017</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	317,566	317,566
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	90,853	90,853
Aplicações em instituições de crédito	85,001	-	1,377	-	-	86,378
Crédito a clientes	90,259	2,314,571	-	-	-	2,404,829
Activos financeiros disponíveis para venda	54,539	144,971	240,289	-	2,682	442,481
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	251,609	251,609
Outros activos	-	-	-	-	28,024	28,024
	<b>229,798</b>	<b>2,459,541</b>	<b>241,666</b>	<b>-</b>	<b>690,735</b>	<b>3,621,740</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	61,528	-	60,380	-	-	121,908
Recursos de clientes	863,633	379,454	597,691	-	-	1,840,778
Outros Empréstimos	-	-	37,338	205,882	-	243,219
Outros passivos	-	-	-	-	44,437	44,437
	<b>925,162</b>	<b>379,454</b>	<b>695,408</b>	<b>205,882</b>	<b>44,437</b>	<b>2,250,342</b>
<b>Exposição a taxa de juro líquida</b>	<b>(695,363)</b>	<b>2,080,088</b>	<b>(453,742)</b>	<b>(205,882)</b>	<b>646,298</b>	<b>1,371,398</b>
<b>Em 31 Dezembro 2016</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	382,755	382,755
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	126,318	126,318
Aplicações em instituições de crédito	96,001	-	1,377	-	-	97,378
Crédito a clientes	168,736	2,377,720	-	-	-	2,546,455
Activos financeiros disponíveis para venda	-	47,557	-	-	1,532	49,089
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	252,225	252,225
Outros activos	-	-	-	-	38,324	38,324
	<b>264,737</b>	<b>2,425,277</b>	<b>1,377</b>	<b>-</b>	<b>801,154</b>	<b>3,492,544</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	54,075	-	-	-	-	54,075
Recursos de clientes	853,036	359,173	523,778	-	-	1,735,987
Outros Empréstimos	-	-	90,224	167,952	-	258,176
Outros passivos	-	-	-	-	46,844	46,844
	<b>907,111</b>	<b>359,173</b>	<b>614,003</b>	<b>167,952</b>	<b>46,844</b>	<b>2,095,082</b>
<b>Exposição a taxa de juro líquida</b>	<b>(642,374)</b>	<b>2,066,103</b>	<b>(612,626)</b>	<b>(167,952)</b>	<b>770,788</b>	<b>1,413,940</b>

#### Análise da sensibilidade à taxa de Juro

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de juro em 1%

	2017	2016
	MT	MT
Aplicações em instituições de crédito	864	974
Crédito a clientes	24,048	25,465
Activos financeiros disponíveis para venda	4,398	476
	<b>29,310</b>	<b>26,914</b>
Recursos de outras instituições de crédito	1,219	541
Recursos de clientes	18,408	17,360
Outros Empréstimos	2,432	2,582
	<b>22,059</b>	<b>20,482</b>
<b>Impacto nos resultados</b>	<b>7,251</b>	<b>6,432</b>
Impacto da alteração da taxa de juro em +1%	7,251	6,432
Impacto da alteração da taxa de juro em -1%	(7,251)	(6,432)

O resultado do ano aumentaria / (diminuiria) em MT 7 251 (2016: 6 432) se a taxa de juros variasse em 1%.

### 3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco ter dificuldade em cumprir com as obrigações associadas às suas responsabilidades financeiras que sejam liquidadas mediante a entrega de numerário ou outros activos financeiros.

A abordagem do Banco relativamente à gestão de liquidez consiste em garantir, sempre que possível, que tem liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando estas vencem, tanto em situações normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer a reputação do Banco.

#### 3.5.1. Processo de gestão do risco de liquidez

O processo de gestão da liquidez do Banco, levado a cabo internamente e monitorizado pela Tesouraria do

#### 3.5.2. Análise de maturidades e risco de liquidez

Maturidade dos activos e passivos financeiros (MT)

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	5+ anos	Total
<b>Em 31 Dezembro 2017</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	317,566	-	-	-	-	317,566
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90,853	-	-	-	-	90,853
Aplicações em instituições de crédito	85,040	-	1,378	-	-	86,418
Crédito a clientes	92,262	106,167	425,834	1,371,185	506,637	2,502,084
Activos financeiros disponíveis para venda	55,000	150,000	273,365	-	3,085	481,450
	<b>640,721</b>	<b>256,167</b>	<b>700,577</b>	<b>1,371,185</b>	<b>509,721</b>	<b>3,478,371</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de outras Instituições de crédito	61,598	-	60,380	-	-	121,977
Recursos de clientes	863,633	379,454	604,769	-	-	1,847,856
Outros empréstimos	-	-	37,338	-	379,882	417,219
Outros passivos	-	44,437	-	-	-	44,437
	<b>925,231</b>	<b>423,891</b>	<b>702,486</b>	<b>-</b>	<b>379,882</b>	<b>2,431,489</b>
<b>Posição líquida do balanço</b>	<b>(284,510)</b>	<b>(167,723)</b>	<b>(1,910)</b>	<b>1,371,185</b>	<b>129,839</b>	<b>1,046,882</b>
<b>Activos e passivos extrapatrimoniais</b>						
Garantias bancárias	(7,042)	(983)	(54,240)	(245)	-	(62,510)
	<b>(7,042)</b>	<b>(983)</b>	<b>(54,240)</b>	<b>(245)</b>	<b>-</b>	<b>(62,510)</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>(291,553)</b>	<b>(168,707)</b>	<b>(56,150)</b>	<b>1,370,941</b>	<b>129,839</b>	<b>984,371</b>

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	5+ anos	Total
<b>Em 31 Dezembro 2016</b>						
<b>Activos</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382,755	-	-	-	-	382,755
Disponibilidades em outras instituições de crédito	126,318	-	-	-	-	126,318
Aplicações em instituições de crédito	96,046	-	1,378	-	-	97,423
Crédito a clientes	172,480	62,313	229,095	1,224,147	914,760	2,602,795
Activos financeiros disponíveis para venda	-	50,000	-	-	1,532	51,532
Activos por impostos correntes	-	-	-	27,321	-	27,321
	<b>777,599</b>	<b>112,313</b>	<b>230,472</b>	<b>1,251,468</b>	<b>916,293</b>	<b>3,288,145</b>
<b>Passivos</b>						
Recursos de outras Instituições de crédito	54,095	-	-	-	-	54,095
Recursos de clientes	853,036	359,978	529,466	-	-	1,742,480
Outros empréstimos	-	-	90,224	-	167,952	258,176
Outros passivos	-	46,844	-	-	-	46,844
	<b>907,130</b>	<b>406,822</b>	<b>619,691</b>	<b>-</b>	<b>167,952</b>	<b>2,101,594</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>(129,531)</b>	<b>(294,509)</b>	<b>(350,894)</b>	<b>1,251,468</b>	<b>748,341</b>	<b>1,224,875</b>

### 3.6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional consiste na possibilidade do Banco sofrer perdas financeiras relativamente a matérias com trabalhadores, especificações contratuais e documentação, tecnologia, infraestrutura, falha e desastre, projectos, influências externas e relações com clientes. O risco operacional inclui riscos legais, mas exclui os riscos do negócio, estratégico e de reputação. O risco operacional pode decorrer de processos, pessoas, sistemas e situações externas.

O risco operacional pode ser dividido em eventos de elevada frequência/pouca gravidade, que se podem verificar frequentemente mas que expõem o Banco a bai-

Banco, inclui:

- Financiamento diário, gerido mediante a monitorização dos fluxos de caixa futuros para garantir o cumprimento de obrigações. Entre outros, inclui a reposição dos fundos à medida que vencem ou se concedem créditos a clientes. Para o efeito, o Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários interbancários;
- Manutenção de uma carteira de activos com elevado grau de liquidez que possam ser facilmente liquidados como protecção contra interrupções imprevistas do fluxo de caixa; e
- Gestão da concentração e perfil do vencimento da dívida.

A monitoria e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e projecções para o dia seguinte.



lho de Administração sempre que aplicável.

### 3.7. RISCO DE SOLVABILIDADE

O capital e reservas sem imparidade demonstram o compromisso dos accionistas de garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência afere-se em função do rácio de solvabilidade que requer que o capital seja mantido como relação dos activos ponderados pelo risco. O Banco tem a obrigação de deter capital suficiente para manter um rácio de solvabilidade que esteja acima dos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que é de 8%. O rácio de solvabilidade do Banco, em 31 de Dezembro de 2017 era de 37.62% (2016: 37.26%).

### 3.8. GESTÃO DE CAPITAL

O conceito implica a manutenção de uma posição ideal de liquidez e rácios prudenciais em cumprimento das normas e regulamentos locais. Os objectivos do Banco relativamente à gestão de capital, que é um conceito mais alargado do que “Capitais Próprios” ao nível do balanço, são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capitais definidos pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora das instituições financeiras no território onde o Banco opera;
- Salvar a capacidade do Banco de prosseguir em

actividade para que possa continuar a dar retorno aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e

- Manter uma sólida base de capital para sustentar o desenvolvimento da sua actividade.

A solvência e a utilização do capital obrigatório são periodicamente monitoradas pela gestão do Banco que recorre a técnicas assentes nas directrizes emitidas pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação obrigatória é objecto de apresentação mensal ao Banco Central. O Banco Central exige a cada banco ou grupo bancário que:

a) detenha o nível mínimo de capital obrigatório de MT 70.000; e

b) mantenha o rácio de capital obrigatório em relação ao activo total ponderado pelo risco (rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%.

Os activos ponderados pelo risco são aferidos mediante uma hierarquia de cinco ponderações de risco, classificadas em função da natureza - reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados - de cada activo e contraparte, tendo em conta quaisquer garantias elegíveis. Adopta-se tratamento semelhante para exposições extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza mais imprevisível de potenciais perdas.

	2017 MT	2016 MT
<b>Fundos próprios de base</b>		
Capital realizado	2,627,743	2,627,743
Resultados acumulados	(1,168,512)	(1,163,769)
<b>De base principais (Core Tier 1)</b>	1,459,231	1,458,740
Activos intangíveis	(32,063)	(14,004)
Insuficiência de provisão	(422,515)	(418,420)
<b>De base (Tier 1)</b>	1,004,653	1,031,550
Complementares	56,433	59,047
<b>Global</b>	1,061,086	1,090,597
<b>Ponderação dos Riscos</b>		
Activos ponderados por risco - no balanço	2,537,773	2,649,211
Activos ponderados por risco - extrapatrimoniais	61,876	49,480
<b>Risco de credito</b>	2,599,649	2,698,691
<b>Risco operacional</b>	45,134	24,408
<b>Risco de mercado</b>	175,615	203,935
<b>Total dos riscos</b>	<b>2,820,398</b>	<b>2,927,034</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>		
Core Tier 1 Capital	51.74%	49.84%
Tier 1 Capital	35.62%	35.24%
Rácio Global	37.62%	37.26%

A metodologia de cálculo do rácio de solvabilidade foi baseada no regulamento do Banco de Moçambique (Aviso 15/GBM/2013).

### 3.9 INFORMAÇÃO RELATIVA AO JUSTO VALO

O Banco calcula o justo valor usando a seguinte hierarquia do justo valor que reflete a importância dos critérios usados para o cálculo do mesmo.

• **Nível 1:** Preço cotado do mercado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico

• **Nível 2:** As técnicas de avaliação com base em dados observáveis directamente, como o preço, ou indirectamente, o derivado de preços. Esta categoria inclui instrumentos avaliados utilizando: preços cotados de mercados activos para instrumentos similares; preços cotados por instrumentos idênticos ou similares em mercados que são considerados menos activos; ou outras técnicas de avaliação onde todos os dados significativos são directamente ou indirectamente observáveis através de dados de mercado.

Nível 3: Técnicas de avaliação usando dados significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui dados não observáveis na avaliação dos instrumentos. Esta ca-

tegoria inclui instrumentos que são avaliados com base em preços cotados para instrumentos similares, em que os pressupostos ou os ajustes não observáveis significativos são necessários para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

Os únicos instrumentos financeiros que são apresentados ao justo valor são os activos disponíveis para venda (Bilhetes do Tesouro). A hierarquia do justo valor é do nível 2.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados. O objectivo das técnicas de avaliação é o de chegar a uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do balanço, isto é, o preço que teria sido determinado pelos participantes do mercado em uma transacção efectiva.

Não houve transferências entre as hierarquias do justo valor.

### Classificação dos activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco permitem que os Activos e Passivos sejam classificados em categorias di-

ferentes tendo em conta a sua natureza e determinadas circunstâncias. Abaixo encontram-se as classificações de Activos e Passivos financeiros do Banco:

	Nota	Créditos e valores a receber MT	Disponíveis para venda MT	Outros custos amortizados MT	Valor contabilístico total MT	Justo Valor MT
<b>A Dezembro de 2017</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades	9,10	-	-	408,419	408,419	408,419
Activos financeiros disponíveis para venda	12	-	441,190	-	441,190	442,481
Aplicações em instituições de crédito	11.1	86,378	-	-	86,378	86,378
Crédito a clientes	11.2	2,404,829	-	-	2,404,829	2,404,829
		<b>2,491,207</b>	<b>441,190</b>	<b>408,419</b>	<b>3,340,815</b>	<b>3,342,107</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições financeiras	17.1	-	-	121,908	121,908	121,908
Recursos de clientes	17.2	-	-	1,840,778	1,840,778	1,840,778
Outros empréstimos	18	-	-	243,219	243,219	243,219
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,205,905</b>	<b>2,205,905</b>	<b>2,205,905</b>

	Nota	Créditos e valores a receber MT	Disponíveis para venda MT	Outros custos amortizados MT	Valor contabilístico total MT	Justo Valor MT
<b>A Dezembro de 2016</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades	9,10	-	-	509,073	509,073	509,073
Activos financeiros disponíveis para venda	12	-	49,089	-	49,089	49,089
Aplicações em instituições de crédito	11.1	97,378	-	-	97,378	97,378
Crédito a clientes	11.2	2,546,455	-	-	2,546,455	2,546,455
		<b>2,643,833</b>	<b>49,089</b>	<b>509,073</b>	<b>3,201,995</b>	<b>3,201,995</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Recursos de outras instituições financeiras	17.1	-	-	54,075	54,075	54,075
Recursos de clientes	17.2	-	-	1,735,987	1,735,987	1,735,987
Outros empréstimos	18	-	-	258,176	258,176	258,176
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,048,238</b>	<b>2,048,238</b>	<b>2,048,238</b>

#### 3.9.1. Crédito a clientes

As características da carteira de crédito encontram-se descritas na nota 11 e a Administração acredita que o valor contabilístico dos créditos se aproxime do justo valor, tendo em conta que foram reconhecidas perdas por imparidade prudentes e adequadas, tanto numa base individual como da carteira, aquando da determinação do valor contabilístico dos créditos e aplicações.

#### 3.9.2. Recursos de outras Instituições de Crédito e de Clientes

Relativamente aos depósitos à ordem e depósitos sem data de vencimento definida considera-se que o justo valor é o montante pagável à vista à data do balanço.

#### 3.9.3. Bilhetes do tesouro

Os bilhetes do tesouro são mensurados ao justo valor.

Não houve nenhuma compensação de activos e passivos financeiros.

## 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS SIGNIFICATIVOS

O Conselho de Administração aprova a aplicação das principais políticas contabilísticas e estimativas desenvolvidas pela gestão. As referidas políticas contabilísticas e estimativas encontram-se divulgadas nestas demonstrações financeiras.

#### Perdas por imparidade em crédito e aplicações

O Banco analisa regularmente, pelo menos trimestralmente, a sua carteira de crédito para avaliar a sua deterioração. Ao determinar se uma perda por imparidade deve ser registada na demonstração do rendimento integral, o Banco faz julgamentos sobre a existência de

dados observáveis apresentando um indício de imparidade e em seguida avalia a possível redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados da carteira de crédito. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma evolução desfavorável da situação do pagamento num grupo de clientes, ou condições económicas internacionais ou nacionais que se correlacionam com as falhas sobre os activos do Banco. São utilizadas estimativas baseadas na experiência histórica de perdas em activos com características de risco de crédito e evidência objectiva de imparidade semelhantes aos da carteira, durante o planeamento dos seus fluxos de caixa futuros. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar a quantidade e a tempestividade dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

#### Justo valor dos Instrumentos Financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros onde não existe mercado activo e não existem preços cotados disponíveis, é determinado usando técnicas de avaliação. Nestes casos, o justo valor é estimado a partir de dados observáveis em relação a instrumentos financeiros semelhantes ou usando modelos. No caso em que os dados observáveis de mercado não estão disponíveis, são estimados com base em pressupostos adequados. As técnicas de avaliação (por exemplo, os modelos) são usados para determinar o justo valor e são validados e revistos periodicamente por pessoal qualificado independente dos que os preparam. Todos os modelos são certificados antes de serem usados e os modelos são calibrados para assegurar que os resultados reflectem os dados reais e os preços de mercado comparativos. Sempre que possível, os modelos devem utilizar apenas dados observáveis; no entanto, as áreas como o risco de crédito (risco de crédito e de contraparte) volatilidades e correlações exigem que a Administração faça estimativas. As mudanças nos pressupostos sobre esses

factores poderão afectar o justo valor apresentado dos instrumentos financeiros. Ver nota 3.9 com a informação do justo valor.

#### Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível permitindo o consumo dos prejuízos. É necessário um julgamento significativo da Administração para determinar o valor do activo por imposto diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com es-

tratégias de planeamento fiscal futuras.

Os activos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas taxas de imposto que se espera aplicar no período em que o activo será realizado ou o passivo liquidado e com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. No fim do exercício de 2017, é convicção da Administração que o Banco vai gerar lucros de MT 609 milhões nos próximos três anos, os quais serão suficientes para absorver MT 752 milhões dos prejuízos fiscais.

## 5. MARGEM FINANCEIRA

	2017 MT	2016 MT
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades em instituições de crédito	119	161
Aplicações em instituições de crédito	10,032	4,571
Crédito a clientes	617,579	473,831
Bilhetes de tesouro	42,020	20,418
	<b>669,751</b>	<b>498,980</b>
Juros e encargos similares		
Recursos de instituições de crédito	(36,630)	(20,313)
Recursos de clientes	(190,193)	(142,393)
	<b>(226,823)</b>	<b>(162,706)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>442,928</b>	<b>336,274</b>

## 6. RESULTADOS COM TAXAS E COMISSÕES

	2017 MT	2016 MT
Comissões recebidas		
Por serviços bancários	38,291	40,915
Outros	432	60
	<b>38,723</b>	<b>40,975</b>
Comissões pagas		
Por garantias recebidas	(183)	(1,610)
Por serviços bancários	(3,685)	(2,697)
	<b>(3,868)</b>	<b>(4,307)</b>
<b>Comissões Líquidas</b>	<b>34,856</b>	<b>36,668</b>

## 7. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2017 MT	2016 MT
Ganhos em alienações	1,265	-
Recuperação de créditos	7,672	5,478
Outros	2,221	2,698
	<b>11,157</b>	<b>8,176</b>

## 8. GASTOS OPERACIONAIS

	2017 MT	2016 MT
Custos com pessoal	(230,329)	(221,432)
Serviços especializados	(42,827)	(43,497)
Amortizações do exercício	(39,166)	(31,643)
Rendas	(55,838)	(56,377)
Honorários de Auditoria e Consultoria	(5,296)	(9,333)
Custos administrativos	(88,243)	(84,879)
	<b>(461,699)</b>	<b>(447,160)</b>

Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco tinha 181 trabalhadores (2016: 196). Os encargos com pessoal incluem um montante de MT 6 996 (2016: MT 6 284) que corresponde às contribuições para o INSS - Instituto Nacional de Segurança Social.

As despesas de rendas resultam de contratos de locação operacional. Os pagamentos futuros mínimos de rendas sob locações operacionais não canceláveis são os seguintes:

	2017 MT	2016 MT
Até 1 ano	47,915	42,370
1-5 anos	155,188	131,21
	<b>203,103</b>	<b>173,580</b>

Os custos administrativos incluem impostos retidos na fonte de forma definitiva de acordo com o código de

imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas no valor de MT 6 900 (2016: MT 6 317)

## 9. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2017 MT	2016 MT
Saldos de caixa	72,789	101,414
Depósito no Banco de Moçambique	244,776	281,341
	<b>317,566</b>	<b>382,755</b>

O depósito no Banco de Moçambique, no montante de MT 244 776 (2016: MT 281 341), permite ao Banco cumprir com a reserva obrigatória mínima de 14% (2016: 15.5%) do total de depósitos autorizados. As reservas obrigatórias não rendem juros.

## 10. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2017 MT	2016 MT
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais	324	735
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito estrangeiras	90,529	125,583
	<b>90,853</b>	<b>126,318</b>

## 11. CRÉDITO E APLICAÇÕES

### 11.1 Aplicações em Instituições de Crédito

	2017 MT	2016 MT
Depósitos overnight	85,001	96,001
Depósitos	1,377	1,377
<b>Total de aplicações em Instituições de Crédito</b>	<b>86,378</b>	<b>97,378</b>
As maturidades das aplicações são as seguintes:		
Até 1 mês	85,001	96,001
De 3 a 12 meses	1,377	1,377
	<b>86,378</b>	<b>97,378</b>

### 11.2 Crédito a clientes

	2017 MT	2016 MT
Empréstimos		
Crédito vincendo	1,615,957	1,742,468
Crédito vencido	520,204	390,459
	<b>2,136,161</b>	<b>2,132,927</b>
Descobertos bancários		
Crédito vincendo	434,136	583,366
Crédito vencido	39,791	28,703
	<b>473,927</b>	<b>612,069</b>
<b>Total</b>	<b>2,610,089</b>	<b>2,744,996</b>
Menos: abatimentos por imparidades		
Imparidade individual	(174,989)	(95,585)
Imparidade colectiva	(30,270)	(102,955)
<b>Total de imparidade</b>	<b>(205,260)</b>	<b>(198,541)</b>
<b>Crédito líquido a clientes</b>	<b>2,404,829</b>	<b>2,546,455</b>

### 11.3 Imparidade de crédito

	2017 MT	2016 MT
Saldo no início do período	198,653	174,661
Abates	(7,813)	(30,866)
<i>Dotação / (reversão) de Imparidade específica</i>	87,217	(5,499)
<i>Dotação / (reversão) de Imparidade colectiva</i>	(72,685)	60,244
Sub-total	14,532	54,745
<b>Saldo no final do período</b>	<b>205,372</b>	<b>198,541</b>
Outras imparidades	(112)	112
	<b>205,260</b>	<b>198,653</b>

## 12. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA

A maturidade dos bilhetes de tesouro à data do balanço é a seguinte:

	2017 MT	2016 MT
Até 1 mês	54,539	-
De 1 a 3 meses	144,971	47,557
Mais de 3 meses	240,289	-
<b>Total de bilhetes de tesouro</b>	<b>439,799</b>	<b>47,557</b>
Instrumentos de capital (Simo)	2,682	1,532
	<b>442,481</b>	<b>49,089</b>

A taxa de juro média dos bilhetes de tesouro é de 24.8% (2016: 23.16%) e os juros destes activos encontram-se reconhecidos na rubrica juros e rendimentos similares.



### 13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2017 MT	2016 MT
Edifícios	57,819	43,194
	<b>57,819</b>	<b>43,194</b>

Em determinadas circunstâncias, propriedades são tomadas após o encerramento de empréstimos em mora.

### 14. ACTIVOS FIXOS

#### 14.1 Activos tangíveis

	Mobiliário e equipamento de escritório MT	Equipamento Informático MT	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Investimento em curso	Total MT
<b>Custo</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	46,993	97,773	30,948	79,293	7,285	262,292
Adições do exercício	2,201	3,132	1,688	2,685	6,704	16,411
Alienações do exercício	-	-	(4,823)	-	-	(4,823)
Transferências e reclassificações	74	1,929	2,200	2,004	(6,206)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>49,268</b>	<b>102,834</b>	<b>30,013</b>	<b>83,982</b>	<b>7,783</b>	<b>273,880</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	35,182	67,006	20,345	62,036	-	184,569
Amortização do exercício	4,200	13,201	4,185	5,659	-	27,245
Alienações	-	-	(3,851)	-	-	(3,851)
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>39,382</b>	<b>80,207</b>	<b>20,678</b>	<b>67,695</b>	<b>-</b>	<b>207,963</b>
<b>Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>9,886</b>	<b>22,627</b>	<b>9,335</b>	<b>16,287</b>	<b>7,783</b>	<b>65,917</b>
<b>Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>11,812</b>	<b>30,767</b>	<b>10,603</b>	<b>17,257</b>	<b>7,285</b>	<b>77,724</b>

	Mobiliário e equipamento de escritório MT	Equipamento Informático MT	Veículos	Edifícios e benfeitorias	Investimento em curso	Total MT
<b>Custo</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	43,685	71,228	24,748	67,038	-	206,699
Adições do exercício	3,308	26,545	6,200	12,255	7,285	55,593
<b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>46,993</b>	<b>97,773</b>	<b>30,948</b>	<b>79,293</b>	<b>7,285</b>	<b>262,292</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	31,494	55,929	16,428	60,396	-	164,248
Amortização do exercício	3,688	11,077	3,917	1,640	-	20,321
<b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>35,181</b>	<b>67,006</b>	<b>20,345</b>	<b>62,036</b>	<b>-</b>	<b>184,569</b>
<b>Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>11,812</b>	<b>30,767</b>	<b>10,603</b>	<b>17,257</b>	<b>7,285</b>	<b>77,724</b>

#### 14.2. Activos intangíveis

	2017 MT Activos intangíveis	2016 MT Activos intangíveis
<b>Custo</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	149,538	155,498
Adições do exercício	29,998	280
Ajustamento	-	(6,240)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>179,537</b>	<b>149,538</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	135,534	130,452
Amortização do exercício	11,940	11,322
Ajustamento	-	(6,240)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>147,474</b>	<b>135,534</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>32,063</b>	<b>14,005</b>

Os activos intangíveis são compostos por licenças do sistema informático bancário (T24), e respectivas actualizações, pelo sistema informático de contabilidade (Primavera) e pelo sistema de processamento de salários (Accyss). O software e os activos intangíveis são amortizados por um período máximo de três anos, segundo o método das quotas constantes.

### 15. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

	2017 MT	2016 Reexpresso* MT
Activo por imposto corrente	10,943	10,843
Impostos diferidos	240,666	241,382
	<b>251,609</b>	<b>268,703</b>

O montante de activos por imposto corrente refere-se à pagamentos especiais por conta e à retenções na fonte.

Este valor é recuperável quando o Banco começar a gerar lucros e não tem limite temporal de utilização.

	2016 MT	Resultado do exercício MT	Rendimento integral MT	2017 MT
Impostos diferidos	241,382	(716)	-	240,666
	<b>241,382</b>	<b>(716)</b>	<b>-</b>	<b>240,666</b>

\*Alguns valores aqui apresentados não correspondem às demonstrações financeiras de 2016 e refletem ajustes efetuados, vide Nota 2.3.

Os prejuízos fiscais são os seguintes:

	MT
Prejuízos fiscais em 2013	189,911
Prejuízos fiscais em 2014	296,059
Prejuízos fiscais em 2015	266,113
<b>Total dos prejuízos fiscais</b>	<b>752,083</b>
Taxa de imposto	32%
<b>Total de imposto diferido</b>	<b>240,666</b>

O imposto diferido teve como base o valor dos prejuízos fiscais acima, à taxa de imposto de 32%, e será recuperado através de lucros a realizar nos próximos 3 anos.

Reconciliação da taxa efectiva de imposto:

	2017 MT	2016 MT
Lucro antes de imposto	6,320	12,882
Imposto sobre rendimento a taxa de 32%	2,022	4,122
Gastos não aceites fiscalmente	(1,370)	(6,765)
<b>À taxa efectiva de 10.3% (2016: -20.5)</b>	<b>652</b>	<b>(2,643)</b>
Prejuízos fiscais dos anos anteriores	(652)	2,643
Imposto corrente	-	-
<b>Impostos diferidos</b>	<b>(716)</b>	<b>(7,464)</b>

### 16. OUTROS ACTIVOS

	2017 MT	2016 MT
Contas de compensação	8,405	14,148
Adiantamento de valores e outros activos	19,620	24,176
	<b>28,025</b>	<b>38,325</b>

As contas de compensação referem-se a diferenças temporárias em relação à compensação de cheques, transferências e cartões.

### 17. RECURSOS DE CLIENTES E DEPÓSITOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DO CRÉDITO

#### 17.1. Recursos de instituições de crédito

	2017 MT	2016 MT
Depósitos de curto prazo de instituições de crédito	121,908	54,075
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>121,908</b>	<b>54,075</b>
<b>Análise de maturidade:</b>		
Até 1 mês	61,528	54,075
De 3 a 12 meses	60,380	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>121,908</b>	<b>54,075</b>

#### 17.2. Depósitos de clientes

	2017 MT	2016 MT
Análise de maturidade		
À ordem	863,633	853,036
Menos de 3 meses	379,454	359,173
De 3 meses a 1 ano	597,691	523,778
	<b>1,840,778</b>	<b>1,735,987</b>
Análise de moeda		
Moeda nacional	1,627,507	1,436,714
Moeda estrangeira	213,271	299,273
	<b>1,840,778</b>	<b>1,735,987</b>
Análise de produto		
Depósitos à ordem	527,602	580,906
Poupanças	336,031	272,130
Depósitos a prazo	977,144	882,951
	<b>1,840,778</b>	<b>1,735,987</b>

18. OUTROS EMPRÉSTIMOS

	2017 MT	2016 MT
Linha de crédito do Governo do Kuwait (vide (a) abaixo)	205,882	167,952
Crédito do FMO (vide (b) abaixo)	37,338	90,224
	243,219	258,176

a) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados. Em 31 de Dezembro

de 2017, o valor deste fundo era de MT205 882.  
b) O crédito concedido pela FMO, por um período de 5 anos, vence juros semestrais a taxas que variam entre os 4% e 6% e que são comunicadas periodicamente pelo FMO.

19. PROVISÕES

	2017 MT	2016 MT
<b>Em 1 de Janeiro</b>	<b>14,446</b>	<b>19,417</b>
Imputado à demonstração do rendimento integral	(10,161)	617
Utilizado durante o exercício	(1,929)	(5,588)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>2,356</b>	<b>14,446</b>

Houve anulação de provisões criadas em anos anteriores para cobrir diferenças de reconciliação. A questão das diferenças foi resolvida em 2016 com a automação do sistema contabilístico. Antes os lançamentos eram feitos manualmente no Primavera (software de contabilidade), um processo que era propenso a criar diferenças entre os sistemas, pois o “sistema bancário principal” é o T24. Um interface para conectar os dois sistemas automaticamente foi implementado e o processo de reconciliação diário foi implementado para garantir que ambos os sistemas tenham os mesmos saldos.

Provisão para despesas legais	1,719	1,194
Provisão para garantias bancárias	637	662
Outras provisões	-	12,590
	2,356	14,446

Quase 100% das garantias bancárias emitidas pelo Banco terão seu vencimento dentro de 12 meses.

A provisão acima é para cobrir qualquer despesa legal que possa surgir de processos que estão em tribunal e para cobrir qualquer responsabilidade que possa surgir de clientes para os quais o Banco emitiu garantias; a repartição é a seguinte:

20. OUTROS PASSIVOS

	2017 MT	2016 MT
Dívidas ao Montepio	5,601	11,193
Outros passivos	26,561	25,380
Imposto retido	12,274	10,271
	44,437	46,844

Os outros passivos referem-se a dívidas a fornecedores e credores pela prestação de serviços de manutenção e outros serviços.

O imposto retido refere-se a imposto sobre operações bancárias e retenções na fonte de imposto sobre outros serviços.

21. CAPITAL SOCIAL

	Número de ações	% de Participações Sociais	MT
<b>Capital social em 1 de Janeiro de 2016</b>			
Rabo Development B.V.	120,309,835	45.78	1,203,098
GAPI Sociedade de Investimento	5,103,858	1.94	51,039
Norfund	17,050,772	6.49	170,508
Montepio Holdings, SGPS, S.A.	120,309,835	45.78	1,203,098
<b>Capital social em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>262,774,300</b>	<b>100.00</b>	<b>2,627,743</b>
Rabo Development B.V.	120,309,835	45.78	1,203,098
GAPI Sociedade de Investimento	5,103,858	1.94	51,039
Norfund	17,050,772	6.49	170,508
Montepio Holdings, SGPS, S.A.	120,309,835	45.78	1,203,098
<b>Capital social em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>262,774,300</b>	<b>100.00</b>	<b>2,627,743</b>

22. PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

	2017 MT	2016 MT
Capital suplementar	58,716	58,716
	58,716	58,716

O capital suplementar foi pago em 2014 para liquidar a indemnização prevista no Acordo de Subscrição de Ações assinado em 25 de Setembro de 2013 entre os antigos accionistas e o Montepio Holdings, SGPS.

23. RESULTADOS TRANSITADOS E RESERVAS

	2017 MT	2017 Reespresso* MT
No início do período	(1,168,509)	(1,173,926)
Reservas legais	(2,541)	-
Rendimento integral do exercício	5,604	5,418
<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>(1,165,446)</b>	<b>(1,168,509)</b>
Reservas legais	2,541	-
Reserva do justo valor	1,033	-
<b>Reservas</b>	<b>3,574</b>	<b>-</b>

A lei estabelece que os bancos devem criar um mínimo de 15% de reservas legais sobre o lucro registado. O banco criou em 2017 uma reserva estatutária MT 2 541 equivalente a 15% do lucro registado em 2015 e 2016.

24. MATURIDADE DOS ACTIVOS E PASSIVOS

Em 31 Dezembro 2017	Até 12 meses	Mais de 12 meses	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	317,566	-	317,566
Disponibilidades sobre instituições de crédito	90,853	-	90,853
Aplicações em instituições de crédito	86,378	-	86,378
Crédito a clientes	525,101	1,879,728	2,404,829
Activos financeiros disponíveis para venda	439,799	2,682	442,481
Activos não correntes detidos para venda	57,819	-	57,819
Outros activos	28,025	-	28,025
Outros activos tangíveis	-	65,917	65,917
Activos intangíveis	-	32,063	32,063
Activos por impostos correntes	-	10,943	10,943
Activos por impostos diferidos	-	240,666	240,666
<b>Total do Activo</b>	<b>1,545,541</b>	<b>2,232,000</b>	<b>3,777,540</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos instituições de crédito	121,908	-	121,908
Recursos de clientes	1,840,778	-	1,840,778
Outros empréstimos	37,338	205,882	243,219
Outros passivos	44,437	-	44,437
Provisões	-	2,356	2,356
Passivos por impostos diferidos	258	-	258
<b>Total do passivo</b>	<b>2,044,719</b>	<b>208,237</b>	<b>2,252,956</b>
<b>Posição líquida do balanço</b>	<b>(499,178)</b>	<b>2,023,762</b>	<b>1,524,584</b>

Em 31 de Dezembro de 2016	Até 12 meses	Mais de 12 meses	Total
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382,755	-	382,755
Disponibilidades sobre instituições de crédito	126,318	-	126,318
Aplicações em instituições de crédito	97,378	-	97,378
Crédito a clientes	407,549	2,138,916	2,546,465
Activos financeiros disponíveis para venda	49,089	-	49,089
Activos não correntes detidos para venda	43,194	-	43,194
Outros activos	38,325	-	38,325
Outros activos tangíveis	-	77,723	77,723
Activos intangíveis	-	14,004	14,004
Activos por impostos correntes	-	10,843	10,843
Activos por impostos diferidos	-	241,382	241,382
<b>Total do Activo</b>	<b>1,144,607</b>	<b>2,482,868</b>	<b>3,627,475</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos instituições de crédito	54,075	-	54,075
Recursos de clientes	1,735,987	-	1,735,987
Outros empréstimos	90,224	167,952	258,176
Outros passivos	46,844	-	46,844
Provisões	10,235	4,211	14,446
<b>Total do passivo</b>	<b>1,937,366</b>	<b>172,163</b>	<b>2,109,528</b>
<b>Posição líquida do balanço</b>	<b>(792,758)</b>	<b>2,310,705</b>	<b>1,517,947</b>



## 25. PARTES RELACIONADAS

Os accionistas do Banco são o Rabo Development B.V. ('RDBV'), o Montepio Holdings, SGPS, S.A. ('Montepio'), a GAPI Sociedade de Investimento ('GAPI') e o Norwegian Investment Fund for Developing Countries ('Norfund').

Durante o exercício foram realizadas várias operações

bancárias com entidades relacionadas no decurso da actividade normal do Banco, que incluem créditos, depósitos ou aplicações e operações cambiais.

Não foram reconhecidas provisões para créditos concedidos em 2017 (2016: nulo).

No final do ano, os saldos e transacções com partes relacionadas eram os seguintes:

Entidade	Custos das rendas	Assistência técnica	Compensação e outros custos	Empréstimos e adiantamentos	Depósitos	Outros passivos
<b>2017</b>						
RDBV	-	-	-	-	1,858	-
RIAS	-	-	-	-	-	-
GAPI	26,867	-	2,016	8,409	-	323,439
MONTEPIO	-	-	-	-	69,071	5,601
GESTORES	-	-	-	45,719	-	-

Entidade	Custos das rendas	Assistência técnica	Compensação e outros custos	Empréstimos e adiantamentos	Depósitos	Outros passivos
<b>2016</b>						
RDBV	-	-	-	-	803	-
RIAS	-	19,154	-	-	-	-
GAPI	21,725	-	262	11,320	-	365,209
MONTEPIO	-	-	-	-	110,791	11,193
GESTORES	-	-	7,879	10,350	-	-

## 26. TAXAS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio para converter os saldos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2017:

- Taxa de fecho MT 59.02/USD (2016: MT 71.35/USD)
- Taxa média MT 63.13/USD (2016: MT 63.90/USD)

Estas taxas baseiam-se nas taxas oficiais do Banco de Moçambique.

## 27. EVENTOS VERIFICADOS APÓS O BALANÇO

Após a data do balanço, e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis que requeiram divulgação.

### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do *Código de Ética do IESBA* (*International Ethics Standards Board for Accountants*) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos e no código do IESBA. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Outras Matérias

As demonstrações financeiras do Banco Terra, S.A., relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2016, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 24 de Março de 2017.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o banco descontinue as operações.



Ernst & Young Limitada  
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179  
Caixa Postal 366,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1984  
Email: ernst.young@mz.ey.com  
NUIIT:400 006 245  
www.ey.com

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

**BANCO TERRA, S.A.**

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **Banco Terra, S.A.** (o Banco), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 e a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela, data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).



- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:

Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 28 de Março de 2018

## Balanço - Contas Individuais (Activo)

	Dezembro 2017			Dezembro 2016
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	317,566	-	317,566	382,755
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90,853	-	90,853	126,318
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	441,190	(1,291)	442,481	49,089
Aplicações em instituições de crédito	86,378	-	86,378	148,122
Crédito a Clientes	2,608,183	205,260	2,402,923	2,495,720
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	57,819	-	57,819	43,194
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	273,880	207,963	65,917	77,723
Activos intangíveis	179,537	147,474	32,063	14,004
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	10,943	-	10,943	27,321
Activos por impostos diferidos	240,666	-	240,666	241,382
Outros Activos	17,197	-	17,197	30,574
<b>Total de activos</b>	<b>4,324,212</b>	<b>559,405</b>	<b>3,764,807</b>	<b>3,636,203</b>

## Balanço - Contas Individuais (Passivo)

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
<b>Passivo</b>		
Recursos de bancos centrais	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	122,300	54,179
Recursos de clientes e outros empréstimos	2,083,962	1,832,144
Responsabilidades representadas por títulos	-	-
Derivados de cobertura	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Provisões	2,356	14,446
Passivos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos diferidos	258	-
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	-	-
Outros passivos	31,346	201,010
<b>Total de passivos</b>	<b>2,240,222</b>	<b>2,101,778</b>
<b>Capital</b>		
Capital	2,627,743	2,627,743
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)	58,716	58,716
Reservas de reavaliação	1,033	-
Outras reservas e resultados transitados	(1,168,512)	(1,163,768)
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	5,604	11,735
	-	-
<b>Total de Capital</b>	<b>1,524,585</b>	<b>1,534,425</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>	<b>3,764,807</b>	<b>3,636,203</b>

## Demonstração de Resultados - Contas Individuais

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Juros e rendimentos similares	669,751	498,980
Juros e encargos similares	227,486	162,964
<b>Margem financeira</b>	<b>442,265</b>	<b>336,016</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-
Rendimentos com serviços e comissões	38,723	40,975
Encargos com serviços e comissões	(3,205)	(4,049)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(16,702)	4,356
Resultados de alienação de outros activos	-	-
Outros resultados de exploração	2,850	139,852
<b>Produto bancário</b>	<b>463,932</b>	<b>517,150</b>
Custos com pessoal	237,455	227,884
Gastos gerais administrativos	176,731	183,062
Amortizações do exercício	39,166	31,643
Provisões líquidas de reposições e anulações	(10,161)	617
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	14,422	54,745
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>6,320</b>	<b>19,199</b>
Após		
Correntes	-	-
Diferidos	(716)	(7,464)
<b>Resultados após impostos</b>	<b>5,604</b>	<b>11,735</b>